



2º Simulado Especial

SEFAZ GO

Auditor-Fiscal da Receita Estadual

Pós-edital

Simulado

2º Simulado Especial SEFAZ-GO (Auditor Fiscal da Receita Estadual)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-GO**, cargo de **Auditor Fiscal da Receita Estadual**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/gAHmALFoRpfyuPqs6>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Pi2F>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

O Mossad é a agência de inteligência responsável pelas operações internacionais de Israel, sendo, de forma geral, comparável à CIA dos Estados Unidos ou ao MI6 do Reino Unido — embora seu escopo de atuação seja consideravelmente mais abrangente. É o que afirma o jornalista Frank Gardner, correspondente de segurança da BBC.

Com o nome oficial de Instituto de Inteligência e Operações Especiais, o Mossad foi fundado em 1949, poucos meses após a criação do Estado de Israel por David Ben-Gurion, seu primeiro chefe de governo. A função principal da instituição, segundo seu site oficial, é “coletar informações, neutralizar ameaças e assegurar a proteção do Estado de Israel e do povo judeu”.

Para cumprir esse propósito, ficou definido que a agência recrutaria os mais capacitados cidadãos, provenientes dos diversos segmentos da sociedade, que deveriam exercer suas atividades com bravura, inteligência e astúcia nas missões internacionais.

Durante muitos anos, a organização operava sob extremo sigilo. Até a década de 1990, por exemplo, os nomes de seus principais dirigentes só eram divulgados após o término de seus mandatos. Essa prática começou a mudar com Danny Yatom, o primeiro diretor do Mossad cuja identidade foi tornada pública ainda durante seu período de comando.

Apesar de ser a mais reconhecida agência de inteligência israelense no exterior, o Mossad não atua sozinho. Israel também possui o Shin Bet, responsável pela segurança interna, e a Aman (sigla hebraica para Direção de Inteligência Militar).

Ao contrário da CIA e do MI6, o Mossad também tem forte atuação no campo diplomático, especialmente na aproximação com nações de maioria muçulmana. Yatom declarou, em entrevista à revista *Le Grand Continent*, que “a melhora nas relações com o Marrocos e outros países do norte da África foi liderada pelo Mossad”.

1. Após leitura atenta do texto acima, não se pode afirmar que que:

- a) O Mossad exerce um papel que prioriza a espionagem tradicional, relegando o papel de instrumento de política externa e diplomacia do Estado de Israel.
- b) A seleção rigorosa dos membros do Mossad evidencia a importância estratégica que Israel atribui à excelência e à discrição em suas operações internacionais.
- c) A longa manutenção do sigilo sobre os líderes do Mossad demonstra o nível de confidencialidade e de proteção institucional com que a agência opera.
- d) A existência de diferentes órgãos de inteligência em Israel — Mossad, Shin Bet e Aman — indica uma estrutura de segurança nacional altamente segmentada e especializada.
- e) A atuação do Mossad na normalização das relações com países muçulmanos revela uma forma não convencional de diplomacia, baseada na inteligência e na atuação silenciosa.

2. De acordo com o texto, o fato de os integrantes do Mossad passarem a ter o seu nome divulgado deve-se ao fato de que:

- a) Para aumentar a visibilidade internacional do Mossad e promover sua imagem em campanhas publicitárias.
- b) Porque o Mossad foi obrigado por lei internacional a divulgar seus líderes durante o exercício do cargo.
- c) Devido à pressão da imprensa israelense, que exigia maior transparência nas ações secretas da agência.
- d) Porque, desde sua fundação, sempre foi uma prática da agência divulgar os nomes de seus chefes em tempo real.
- e) A identidade do chefe do Mossad passou a ser revelada ainda no exercício do cargo a partir da década de 1990 sem motivo expresso.

3. Traduz-se corretamente um segmento do texto em:

- a) embora seu escopo de atuação seja consideravelmente mais abrangente... / Ainda que sua esfera de atuação se revele notavelmente mais estrita.
- b) Durante muitos anos, a organização operava sob extremo sigilo. / Por longos períodos, a entidade atuava com notável descrição de suas operações.
- c) coletar informações, neutralizar ameaças e assegurar a proteção do Estado de Israel e do povo judeu / Difundir dados estratégicos, estabelecer alianças e promover a estabilidade regional por meio da diplomacia ativa.
- d) especialmente na aproximação com nações de maioria muçulmana. / notadamente nos contratos estratégicos em relação a países de tradição islâmica.
- e) os nomes de seus principais dirigentes só eram divulgados após o término de seus mandatos / A identidade de suas principais lideranças apenas se tornava pública ao final do exercício de suas funções.

4. O verbo destacado deve a sua flexão ao elemento sublinhado em:

- a) embora seu escopo de atuação **seja** consideravelmente mais abrangente.
- b) É o que **afirma** o jornalista Frank Gardner, correspondente de segurança da BBC.
- c) Para cumprir esse propósito, **ficou definido** que a agência recrutaria os mais capacitados cidadãos
- d) embora seu escopo de atuação **seja** consideravelmente mais abrangente.
- e) a melhora nas relações com o Marrocos e outros países do norte da África **foi liderada** pelo Mossad.

5. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- a) Obter informações estratégicas a partir de fontes externas continuam sendo um dos principais objetivos do Mossad.
- b) Em certas operações, busca-se claramente atitudes sigilosas para proteger os agentes envolvidos.
- c) Convém ao governo israelense adotar medidas severas contra ameaças externas.
- d) Durante os anos de guerra, cabem aos envolvidos estabelecer alianças discretas entre Israel e potências ocidentais.
- e) As complexas estratégias de segurança e inteligência, definidas ao longo de décadas por diferentes administrações israelenses, continua a influenciar a política externa do país.

6. ... deveriam exercer suas atividades com bravura

Se a forma verbal no TRECHO ACIMA fosse reescrita na voz passiva, teríamos:

- a) deveria ser exercida
- b) deveriam ser exercidas
- c) deveriam ter exercido
- d) se deveria ter exercido
- e) deveriam ter sido exercidas

7. Apesar de ser a mais reconhecida agência de inteligência israelense no exterior, o Mossad não atua sozinho.

O conectivo destacado acima poderia ser substituído corretamente e com manutenção de sentido por:

- a) Embora
- b) Em detrimento de
- c) A despeito de
- d) Mal grado
- e) Ainda assim

8. Quanto à pontuação, a frase inteiramente correta está em:

- a) Com habilidades discretas e astúcia incomum, os agentes do Mossad operam, silenciosamente, em territórios estrangeiros.
- b) O Mossad, uma das agências mais temidas do mundo, é conhecido por operações que, jamais são oficialmente reconhecidas.
- c) Durante décadas, Israel investiu em um sistema de inteligência que, embora discreto influencia fortemente a política externa.
- d) Informações foram repassadas aos aliados; outras porém, permaneceram sob absoluto sigilo.
- e) Senhores, o Mossad não comenta, operações em andamento.

9. embora seu escopo de atuação seja consideravelmente mais abrangente.

A expressão sublinhada retoma:

- a) CIA
- b) MI6
- c) Israel
- d) Mossad
- e) Estados Unidos

10. O treinamento dos agentes do Mossad obedece ____ regras rigorosas, muitas vezes restritas ____ poucos oficiais de alta patente, além de ser adaptado ____ cada nova missão.

Preencha as lacunas acima com os elementos abaixo:

- a) a – à – a
- b) as – a - à
- c) a – a - a
- d) às – à - a
- e) a – a – à

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

11. Todos os nutricionistas são inteligentes. Alguns inteligentes são egoístas. Todos os egoístas são ricos. A partir dessas informações, é correto concluir que:

- a) Os ricos são inteligentes.
- b) Todos os nutricionistas que são egoístas são ricos.
- c) Qualquer inteligente é rico.
- d) Se a pessoa é inteligente, então ela não é rica.
- e) Qualquer inteligente é rico ou é nutricionista.

12. Uma proposição equivalente a “Se dormi bastante e fiz exercício físico, então deixei de estudar” é a proposição:

- a) Não deixei de estudar e não dormi bastante e não fiz exercício físico.
- b) Deixei de estudar e não dormi bastante e não fiz exercício físico.
- c) Se não deixei de estudar, então não dormi bastante ou não fiz exercício físico.
- d) Se não deixei de estudar, então não dormi bastante e não fiz exercício físico.
- e) Se deixei de estudar, então dormi bastante ou fiz exercício físico.

13. Joaquim iniciou um tratamento que consiste em tomar um comprimido dia sim, dia não. Ele deve tomar todos os comprimidos de uma embalagem que contém 35 comprimidos.

Se ele tomou o primeiro comprimido em uma segunda-feira, então ele tomou o último comprimido em:

- a) uma sexta-feira.
- b) um sábado.
- c) um domingo.
- d) uma segunda-feira.
- e) uma terça-feira.

14. Um investidor negocia um título de crédito com vencimento para daqui a 4 meses, recebendo à vista o valor de R\$ 99.000,00. A operação foi realizada utilizando o método de desconto comercial simples. Se fosse utilizado o método de desconto racional simples, mantendo a mesma taxa de desconto positiva, o valor recebido à vista seria de R\$ 100.000,00. O valor nominal desse título é de:

- a) R\$ 109.000,00
- b) R\$ 110.000,00
- c) R\$ 112.000,00
- d) R\$ 114.000,00
- e) R\$ 120.000,00

15. Ademiro aplicou um capital no valor de R\$ 10.000,00, durante 6 meses, a uma taxa de juros nominal de 12% ao ano, com capitalização bimestral. Ele resgatou todo o montante no final do prazo de aplicação e verificou que, se tivesse aplicado este mesmo capital, durante 5 meses, sob o regime de capitalização simples, resgataria, no final deste prazo de aplicação, o mesmo montante resgatado na opção anterior. A taxa anual correspondente à opção pelo regime de capitalização simples é:

- a) 13,64%
- b) 13,81%
- c) 14,36%
- d) 14,69%
- e) 15,16%

16. Em um financiamento para a compra de um equipamento industrial, o valor total financiado foi de R\$ 50.000,00, a ser pago em 20 parcelas mensais e iguais, com a primeira parcela vencendo um mês após a contratação. A taxa de juros aplicada é positiva e igual a i . Sabe-se que a soma dos juros incluídos na primeira e na segunda parcelas é de R\$ 1.958,84. Além disso, o saldo devedor após o pagamento da segunda parcela é de R\$ 45.842,84. O Fator de Recuperação de Capital (FRC) correspondente a essa operação é:

- a) 0,05956
- b) 0,05100
- c) 0,05608
- d) 0,05202
- e) 0,06116

17. Ao entrar em guerra, o Brasil emitiu um título que paga mensalmente ao detentor, por tempo indeterminado, o valor de R\$ 1.000,00, valor este que é reajustado a uma taxa de 0,2% ao mês. Sabendo-se que a taxa de juros da economia é de 1% ao mês e que o primeiro pagamento ocorre dois meses após a compra do título, o valor de emissão do título deverá ser de:

- a) R\$ 123.762,38
- b) R\$ 124.800,00
- c) R\$ 125.000,00
- d) R\$ 125.581,00
- e) R\$ 137.500,00

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

Uma auditoria feita em uma empresa farmacêutica durante 10 anos (de 2015 a 2024), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa, em milhões de reais, e o respectivo investimento anual com pesquisa (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X, considerando as informações registradas, em que Y1 e X1 são o faturamento e o investimento em pesquisa em 2015, Y2 e X2 são o faturamento e o gasto com marketing em 2016, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e investimento em pesquisa de 2015 a 2024 foram, em milhões de reais, iguais a 360 e 60, respectivamente.

A estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 3.

18. O valor de α , em milhões de reais, é igual a:

- a) 16
- b) 18
- c) 20
- d) 24
- e) 30

19. A previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa investiu em pesquisa, nesse ano, 4 milhões de reais, é igual a:

- a) 30 milhões
- b) 32 milhões
- c) 35 milhões
- d) 36 milhões

e) 39 milhões

20. Em determinado hospital, três médicos fazem diagnósticos de maneira independente. Cada médico tem uma probabilidade de 0,10 de cometer algum erro ao fazer o diagnóstico, independentemente dos demais. Qual a probabilidade de que no máximo um médico cometa algum erro de diagnóstico?

- a) 27,1%
- b) 72,9%
- c) 75,7%
- d) 97,2%
- e) 98,9%

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana***21. Sobre a classificação das constituições, considere as assertivas abaixo**

- I. As constituições outorgadas são aquelas impostas sem participação popular, como a Constituição brasileira de 1824.
- II. Constituições rígidas são aquelas que podem ser alteradas pelo mesmo processo legislativo ordinário utilizado para a modificação das leis comuns.
- III. Constituições dirigentes estabelecem diretrizes para a atuação estatal, sendo a CF/1988 um exemplo desse tipo de constituição.
- IV. A classificação ontológica divide as constituições em normativas, nominativas e semânticas, sendo a CF/1988 considerada normativa.
- V. Constituições sintéticas possuem extenso detalhamento de temas jurídicos, enquanto constituições analíticas restringem-se a princípios fundamentais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e V.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III, IV e V.
- e) III, IV e V.

22. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de petição pode ser exercido para defesa de direitos próprios ou de terceiros e sempre requer o pagamento de taxas administrativas.
- b) A obtenção de certidões em repartições públicas pode ser feita para esclarecimento de situações de interesse pessoal e também para questionamento de atos administrativos de terceiros.
- c) O direito à informação assegura a todos o acesso irrestrito a qualquer documento em posse da Administração Pública, sem exceções ou restrições.

d) O direito de petição e o direito à obtenção de certidões são garantias fundamentais que independem do pagamento de taxas.

e) O *habeas corpus* é o remédio constitucional adequado para garantir o direito de obter certidões públicas em repartições governamentais, sendo o instrumento correto para contestação de omissões administrativas.

23. Sobre a federação brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) A federação brasileira foi formada a partir de um movimento centrípeto, no qual Estados soberanos decidiram se unir para formar um Estado federal.
- b) A federação caracteriza-se pela descentralização política, conferindo autonomia a seus entes, que possuem soberania e podem se separar da União se desejarem.
- c) A principal diferença entre federação e confederação é que, na federação, os entes possuem autonomia, mas não soberania, enquanto na confederação os Estados-membros são soberanos e podem se desligar livremente.
- d) O Brasil adota o modelo de federalismo dual, no qual os entes federativos atuam de forma independente, sem compartilhamento de competências ou cooperação entre si.
- e) Os Territórios Federais são entes federativos autônomos, dotados de auto-organização, autoadministração e capacidade legislativa própria.

24. Sobre o Poder Judiciário na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O Brasil adota o sistema francês de jurisdição, no qual determinados litígios administrativos podem ser resolvidos de forma definitiva por órgãos da Administração Pública, sem possibilidade de revisão pelo Poder Judiciário.
- b) O princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura que nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário, salvo nos casos expressamente previstos em lei.
- c) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, possui competência jurisdicional para revisar decisões judiciais de qualquer órgão do Poder Judiciário.
- d) Os Tribunais Superiores são compostos exclusivamente por magistrados de carreira, garantindo que todos os seus membros tenham passado pelo estágio inicial da magistratura.
- e) O Supremo Tribunal Federal é simultaneamente a Corte Constitucional e o órgão máximo do Poder Judiciário, possuindo competência para processar e julgar ações diretas de inconstitucionalidade e recursos extraordinários.

25. Sobre o processo legislativo previsto na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos presidenciais e resoluções.
- b) O princípio da simetria impõe que as regras básicas do processo legislativo estabelecidas na CF/1988 sejam obrigatoriamente observadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- c) O controle judicial preventivo da constitucionalidade pode ser realizado pelo Supremo Tribunal Federal por meio de ação direta de inconstitucionalidade antes da promulgação de uma lei.
- d) O veto presidencial é ato político irretratável, não podendo ser superado pelo Congresso Nacional,

ainda que a maioria absoluta dos parlamentares vote pela sua rejeição.

- e) As medidas provisórias são incluídas no processo legislativo comum, devendo seguir o mesmo rito de tramitação das leis ordinárias.

26. Sobre os princípios da Administração Pública previstos na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O princípio da moralidade administrativa impõe que os atos da Administração Pública sejam praticados estritamente conforme a lei, sem considerar aspectos éticos ou de boa-fé.
- b) O princípio da impessoalidade impede que qualquer agente público seja responsabilizado por atos praticados no exercício de sua função, uma vez que a ação administrativa é atribuída apenas ao Estado.
- c) O princípio da publicidade exige que todos os atos da Administração Pública sejam divulgados integralmente, sem qualquer exceção ou restrição quanto ao sigilo.
- d) O princípio da legalidade significa que a Administração Pública só pode agir conforme a lei, ao contrário dos particulares, que podem fazer tudo o que a lei não proíbe.
- e) O princípio da eficiência tem fundamento apenas na esfera privada e não se aplica à Administração Pública, uma vez que a burocracia estatal não deve ser pautada pela obtenção de resultados.

27. O Governo do Estado Alfa ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município Beta, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina XXX, localizada no município. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

28. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos,

desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.

- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Rodrigo Bet

29. A Constituição do Estado de Goiás atribui competências legislativas à Assembleia Legislativa, algumas das quais **exigem sanção do Governador**, enquanto outras são exercidas **exclusivamente** pela própria Casa Legislativa. Considerando os artigos 10 e 11 da CE/GO, assinale a alternativa correta:

- a) A aprovação da criação ou desmembramento de Municípios é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa e não depende de sanção do Governador.
- b) A autorização para o Governador ausentar-se do Estado por mais de 15 dias é competência da Assembleia Legislativa e depende de sanção governamental.
- c) A fixação do efetivo da Polícia Militar exige sanção do Governador por se tratar de matéria legislativa do art. 10.
- d) A sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar depende de sanção do Governador para ter eficácia.
- e) A autorização para contrair empréstimos externos com garantia do Tesouro Estadual é competência exclusiva da Assembleia Legislativa, sem necessidade de sanção.

30. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, a Assembleia Legislativa poderá ser convocada para sessão extraordinária em algumas situações excepcionais. Com base no art. 16, assinale a alternativa correta acerca das sessões da ALEGO:

- a) A convocação extraordinária somente pode ser feita pelo Governador do Estado e desde que com a aprovação de dois terços dos Deputados.
- b) A Assembleia, em sessão extraordinária, poderá deliberar sobre qualquer tema de interesse público.
- c) A convocação extraordinária pode ocorrer em caso de urgência, desde que aprovada pela maioria absoluta dos Deputados, inclusive por iniciativa do Presidente ou de requerimento da maioria parlamentar.
- d) As sessões ocorrem exclusivamente na sede da Assembleia, sendo vedada sua realização em outros municípios do Estado, mesmo que haja conveniência pública.
- e) A sessão legislativa pode ser encerrada antes de aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, desde que a matéria esteja com parecer favorável da comissão competente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. Tomando por base a disciplina normativa da carreira do fisco da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Lei 13.266/1998), é INCORRETO afirmar que:

- a) É anulável o lançamento de crédito tributário praticado por pessoa não ocupante de cargo integrante do Quadro de Pessoal do Fisco, sendo admissível o reconhecimento de desvio de função para fins administrativos.
- b) A administração tributária constitui atividade essencial ao funcionamento do Estado de Goiás, devendo atuar de forma integrada com as

administrações tributárias dos demais entes federativos, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

- c) É atribuição privativa dos funcionários fiscais constituir o crédito tributário relativo aos tributos estaduais, decorrente do exercício de quaisquer tarefas de controle ou fiscalização.
- d) Considera-se agência fazendária a unidade administrativa de atendimento, arrecadação e fiscalização ou outra equivalente na estrutura da Secretaria da Fazenda.
- e) Carreira fiscal caracteriza o agrupamento de cargos escalonados em uma série de classes da mesma natureza de trabalho.

32. Considerando a proteção conferida aos direitos fundamentais e aos direitos humanos pela Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- b) Cabe aos órgãos públicos assegurar a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
- c) Destruir, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar.
- d) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- e) São consideradas informações de interesse público aquelas relacionadas à administração tributária, ainda que tenham condão de comprometer atividades de fiscalização em andamento.

33. Determinada servidora pública do Estado de Goiás recebeu vantagem econômica indevida para omitir providência a que estava obrigada, resultando na concessão de benefício fiscal indevido a determinada empresa, contribuinte do fisco goiano. Neste caso,

- a) a servidora se sujeitará à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de até 12 anos.
- b) a servidora se sujeitará à aplicação de multa de até 3 vezes o valor do dano por ela causado.
- c) na hipótese de fusão societária envolvendo a empresa, a responsabilidade de seus sucessores alcança a obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, bem como as demais sanções previstas em Lei em razão dos atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação.
- d) a servidora estará sujeita a perder os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, o que poderá alcançar seus sucessores, até o limite do valor da herança deixada por ela.
- e) o ato de improbidade poderá ser caracterizado mediante dolo ou culpa da servidora.

34. A respeito da prestação indireta de serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) Por força do princípio da isonomia, não se admite diferenciação tarifária, ainda que decorrentes das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
- b) A permissão de serviço público representa um dos instrumentos da descentralização por serviços, em que opera-se a delegação da titularidade e de sua prestação, sempre mediante prévia licitação.
- c) A interrupção da prestação do serviço público motivada por razões de ordem técnica caracteriza-se como descontinuidade do serviço.
- d) Concessão administrativa representa o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta, quando

envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

- e) A contraprestação do parceiro público ao parceiro privado, em uma parceria público-privada, será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato, embora se admita o pagamento relativo a parcela fruível do serviço em questão.

35. Em relação às regras da Lei Anticorrupção, Lei 12.846/2013, assinale a afirmativa correta:

- a) Não caracteriza ato lesivo à Administração Pública a conduta de procurar afastar licitante por meio de fraude, diferentemente do que ocorreria se o afastamento decorresse do oferecimento de vantagem.
- b) A responsabilidade civil e administrativa das pessoas jurídicas requer a demonstração de culpa ou dolo.
- c) A pessoa jurídica poderá ser responsabilizada mesmo quando não existirem provas de que seus dirigentes praticaram a conduta ilegal.
- d) O impedimento de celebrar novo acordo de leniência decorrente do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anterior tem a duração de 5 anos.
- e) As sanções da Lei de Improbidade poderão ser aplicadas à pessoa jurídica punida com base na Lei Anticorrupção, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública.

36. Assinale a alternativa que aponta corretamente competência do Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos previstos na Constituição Federal:

- a) aplicar aos responsáveis, em caso de constatação de irregularidade grave nas contas, sanções criminais tipificadas em lei.
- b) fiscalizar integralmente as contas das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, sejam contas nacionais ou não.
- c) julgar anualmente as contas do Presidente da República.
- d) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de aposentadoria dos empregados públicos celetistas.
- e) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade em ato ou contrato.

37. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, ainda que não incompatível com a infração penal praticada.
- b) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- c) O Judiciário está autorizado a majorar remunerações dos servidores públicos, valendo-se do princípio da isonomia.
- d) Servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.
- e) As empresas estatais têm o dever jurídico de motivar a demissão de seus empregados concursados, embora não se exija a abertura de processo administrativo disciplinar.

38. Tomando por base as regras legais quanto às compras governamentais (Lei 14.133/2021), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O planejamento de compras deve respeitar os princípios da padronização, do parcelamento e da responsabilidade fiscal.
- b) É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
- c) As contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado serão disciplinadas em regulamento que defina processo de gestão estratégica das contratações desse tipo de solução.
- d) Quando houver a possibilidade de compra e também de locação de bens, o estudo técnico preliminar (ETP) deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa, a fim de subsidiar a decisão entre estas alternativas.
- e) O parcelamento será adotado, entre outras hipóteses, quando o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

39. Zeus, fiscal de tributos em determinada unidade da federação, na regular execução de uma fiscalização tributária, apreendeu mercadorias de determinado contribuinte, que se encontravam em situação irregular. Neste caso, pode-se afirmar que a referida atuação decorreu do:

- a) poder hierárquico.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia, mediante prática de ato de polícia autoexecutório.
- d) *jus puniendi* do Estado.
- e) poder de polícia, embora tal ato não seja autoexecutório.

40. No que se refere à responsabilidade do Estado por prejuízos causados por lei de efeitos concretos produzida pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, é correto afirmar que:

- a) a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás deverá responder pelo prejuízo.
- b) o Estado de Goiás deverá responder pelo referido prejuízo.
- c) não haverá responsabilidade estatal, visto que a responsabilidade civil do Estado não abrange a atividade legiferante.
- d) o Estado somente irá responder caso reste declarada a inconstitucionalidade da lei no bojo de ação judicial de controle concentrado.
- e) o Deputado relator da matéria deverá responder pelo referido prejuízo perante as vítimas.

DIREITO FINANCEIRO

Leandro Ravyelle

41. Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, analise os itens a seguir.

- I. Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Ministro ou Secretário de Estado da Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou conjunta com as comissões temáticas do Congresso Nacional ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.
- II. No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Ministério da Fazenda apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

III. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica.

Estão incorretos o que consta em

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) III apenas
- d) I e II
- e) II e III

42. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Acerca dessa temática, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não institua, preveja e arrecade todos os tributos de sua competência constitucional.
- b) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos dois anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- c) Reestimativa de receita por parte do Poder Executivo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- d) Em até 30 dias após a publicação da LOA, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação.
- e) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, na data de envio do PLOA, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

43. Compete a Lei de diretrizes orçamentárias dispor sobre diversos temas e assuntos fiscais, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Estrutura e organização dos orçamentos
- b) Dívida pública federal
- c) Adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação
- d) Fiscalização pelo Poder Legislativo, bem como as obras e serviços com indícios de irregularidades graves
- e) A forma de como os programas e ações orçamentárias devem ser bem desenhados, de maneira encadeada, de forma que a execução das ações contribua para que os programas atinjam os objetivos pretendidos

44. O Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) consiste em relevante aprimoramento da gestão orçamentária, fundamentado nas melhores práticas internacionais na condução de aspectos do orçamento público que ultrapassam um exercício financeiro. Acerca desse mecanismo no processo de alocação dos recursos da Lei orçamentária Anual, assinale a alternativa correta.

- a) Ao incorporar um olhar prospectivo na elaboração do orçamento, o MOMP propicia a utilização de elementos de ligação das ações ao mandato do Presidente da República
- b) No Brasil, o MOMP está orientado com base na Constituição Federal, que prevê a possibilidade de a Lei Orçamentária Anual conter previsões de despesas para exercícios seguintes.
- c) O MOMP restringe o horizonte da discussão alocativa e evidencia os efeitos futuros das escolhas presentes.
- d) Permite alçar o debate alocativo para cumprimento anualidade orçamentária, ao considerar o médio prazo no processo decisório.
- e) A proposta quantitativa de médio prazo deve ser preenchida em módulo específico no SIAFI.

45. Acerca do que dispõe a LRF sobre a dívida pública, assinale a alternativa correta

- a) Equiparam-se a operações de crédito e é vedada a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes
- b) É permitida, em alguns casos, a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- c) A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos em todas as modalidades de dívida.
- d) O Banco Central verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.
- e) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 1/3 no primeiro.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

46. Com base nas disposições do Código Civil sobre a posse de bens imóveis, assinale a alternativa correta:

- a) A posse é transmitida aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos atributos, sendo que o sucessor universal mantém a posse de direito, enquanto o sucessor singular pode optar por somar sua posse à do antecessor, para fins legais.
- b) A posse não se transmite automaticamente aos herdeiros ou legatários, mas estes, assim como o sucessor singular, têm a faculdade de agregar sua posse à do antecessor, conforme os efeitos jurídicos.
- c) A posse se transfere automaticamente aos sucessores universais e singulares, sendo vedado ao sucessor singular recusar a agregação da posse do antecessor para fins legais.
- d) A posse não se transmite aos herdeiros ou legatários com os mesmos atributos, sendo necessário que cada novo possuidor comprove os requisitos legais da posse.
- e) A posse só pode ser adquirida pela própria pessoa interessada, sendo vedada a aquisição por terceiros sem mandato, mesmo que posteriormente ratificada.

47. Sobre o contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta

- a) A venda entre ascendente e descendente é sempre válida, ainda que não haja consentimento dos demais descendentes, desde que haja preço justo.
- b) Na venda a contento, o contrato se aperfeiçoa com a assinatura das partes, não sendo necessário o aceite do comprador após testar a mercadoria.
- c) O contrato de compra e venda pode ser celebrado mesmo que o preço seja fixado por árbitro ou terceiro, desde que as partes assim tenham convencionado.

d) O contrato é nulo se envolver coisa futura, pois apenas bens presentes e existentes podem ser objeto da compra e venda, conforme o Código Civil.

e) A cláusula de retrovenda permite ao comprador exigir a devolução do bem ao vendedor, em até cinco anos após a celebração do contrato, desde que pague o mesmo preço.

48. Considerando as regras do Código Civil sobre responsabilidade civil, analise as proposições a seguir

- I. Na responsabilidade subjetiva, exige-se a demonstração da culpa do agente, enquanto na objetiva a obrigação de indenizar surge da mera ocorrência do dano e do nexo de causalidade.
- II. A responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores é subjetiva, exigindo prova de culpa in vigilando ou in educando.
- III. A responsabilidade do empregador por atos dos empregados, no exercício de suas funções, é objetiva, independentemente de culpa do empregador.
- IV. O incapaz nunca poderá ser civilmente responsabilizado pelos danos que causar, ainda que os responsáveis legais tenham meios para indenizar.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

49. Joana vendeu sua bicicleta elétrica usada a Paulo por R\$ 600, acreditando que a bateria estava com defeito e precisaria ser trocada. Paulo, técnico em eletrônica, sabia que o problema era apenas uma falha no carregador e que a bateria funcionava normalmente, mas preferiu não dizer nada. Após descobrir o real estado do bem, Joana busca reverter o negócio jurídico. Nessa situação, à luz do Código Civil, assinale a alternativa correta

- a) O contrato é válido, pois o silêncio do comprador não gera qualquer consequência jurídica.
- b) O contrato é nulo, pois a desproporção no preço configura lesão presumida.
- c) O contrato é anulável, pois houve dolo por omissão relevante, que viciou o consentimento da vendedora.
- d) O contrato é válido, pois a parte vendedora assumiu o risco ao desconhecer o defeito.
- e) O contrato é nulo, pois a vontade foi manifestada de forma absolutamente viciada.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

50. Em relação à teoria da empresa prevista no Código Civil a respeito do empresário, marque a opção correta:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, mesmo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- c) É obrigatória a inscrição do empresário e do produtor rural no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, não precisará adotar outro procedimento além da inscrição na jurisdição da sede.

e) Não existe mais na legislação a figura do empresário individual, tendo em vista a revogação expressa do exercício empresarial por apenas uma única pessoa.

51. Sobre as sociedades e suas relações com terceiros:

- a) A sociedade adquire direitos, assume obrigações e procede judicialmente, por meio de administradores com poderes especiais, ou, não os havendo, por intermédio do sócio majoritário.
- b) Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, sem exceção.
- c) Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.
- d) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- e) Os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social ou concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.

52. A recuperação judicial pode ser convolada em falência conforme os casos abaixo, exceto:

- a) por deliberação da assembleia-geral de credores, conforme quórum legal.
- b) pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo de sessenta dias.
- c) quando rejeitado o plano de recuperação judicial proposto pelos credores.
- d) por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, no prazo de três anos.
- e) por descumprimento dos parcelamentos junto às Fazendas Públicas e o Instituto Nacional do Seguro Social.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

53. A respeito da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

- a) Ninguém será responsabilizado por conduta que uma lei posterior deixou de considerar criminosa, cessando também, por força dessa nova lei, os efeitos penais e civis da condenação anterior.
- b) A norma penal mais benéfica ao réu só se aplica a fatos anteriores, se não houver sentença condenatória com trânsito em julgado.
- c) O crime é considerado cometido no instante da conduta (ação ou omissão), ainda que o resultado ocorra posteriormente.
- d) O lugar do crime restringe-se onde ocorreu a ação ou omissão do agente, desconsiderando onde ocorreu o resultado.
- e) A legislação penal brasileira prevalece sobre tratados, convenções e normas internacionais em crimes ocorridos no território nacional.

54. Indique a alternativa em que os institutos possuem, respectivamente, as naturezas jurídicas de causa de exclusão da ilicitude, de exclusão da culpabilidade e de extinção da punibilidade:

- a) consentimento do ofendido, anistia e indulto.
- b) estado de necessidade, erro de tipo e legítima defesa.
- c) legítima defesa, coação física irresistível e abolitio criminis.
- d) consentimento do ofendido, erro de proibição e estado de necessidade.
- e) consentimento do ofendido, coação moral irresistível e a morte do agente.

55. Quando um servidor público, no exercício de sua função e com autorização de acesso, remove de forma indevida informações verdadeiras dos sistemas de dados da Administração Pública com o objetivo de obter vantagem ilícita para si próprio, ele:

- a) incorre no crime de modificação ou alteração indevida de sistema de informações, previsto no art. 313-B do Código Penal.
- b) responde pelo crime de inserção de dados falsos em sistema informatizado da administração pública, conforme o art. 313-A do Código Penal.
- c) pratica o crime de excesso de exação, tipificado no art. 316 do Código Penal.
- d) não comete crime, apenas infração administrativa, uma vez que tinha permissão de acesso aos dados.
- e) comete o crime de violação de segredo funcional, nos termos do art. 325 do Código Penal.

ECONOMIA*Amanda Aires*

56. Um economista analisou a decisão de um empresário que optou por utilizar seu próprio galpão para abrir uma loja de materiais de construção. Segundo os princípios da teoria econômica, essa decisão envolve a consideração do(a)

- a) retorno contábil, que corresponde apenas à receita operacional da atividade.
- b) custo fixo, pois o galpão está sujeito à depreciação.
- c) custo de oportunidade, representado pela melhor alternativa sacrificada.
- d) custo marginal, já que ele reflete a variação do custo total com a produção adicional.
- e) receita marginal, considerando-se o valor total obtido com a venda dos produtos.

57. Considere uma economia que produz apenas dois bens: trigo e aço. Em determinado ponto da Curva de Possibilidades de Produção (CPP), observa-se que, para aumentar a produção de trigo, é necessário reduzir a produção de aço. Essa característica reflete:

- a) a existência de recursos ilimitados e perfeitamente adaptáveis.
- b) a ocorrência de rendimentos marginais crescentes.
- c) o princípio do custo de oportunidade crescente.
- d) a eficiência produtiva inatingível.
- e) a alocação aleatória de recursos.

58. Suponha que a demanda por um produto seja elástica em relação ao preço. Considerando esse contexto, se a empresa reduzir o preço de seu produto, o que ocorrerá com a sua receita total?

- a) A receita total permanecerá constante, pois a variação de preço será compensada pela quantidade.
- b) A receita total diminuirá, pois a queda no preço será maior do que o aumento na quantidade vendida.

c) A receita total aumentará, pois o aumento na quantidade vendida será proporcionalmente maior que a queda no preço.

d) A receita total será irrelevante para a tomada de decisão.

e) A receita total diminuirá, pois a demanda elástica significa sensibilidade nula ao preço.

59. Considere um mercado em equilíbrio onde incide um imposto específico sobre o bem negociado. Um dos efeitos econômicos imediatos desse imposto é:

- a) o aumento do excedente do consumidor, em função da redistribuição de renda.
- b) a transferência integral da carga tributária para o produtor, independentemente da elasticidade da demanda.
- c) a geração de uma perda de eficiência econômica, representada por uma redução do excedente total.
- d) a redução da receita governamental em função da diminuição da demanda agregada.
- e) a eliminação do excesso de demanda, deslocando a curva de oferta para a esquerda.

60. Na teoria da economia pública, os princípios normativos da tributação visam orientar políticas de arrecadação com base em critérios de justiça distributiva e eficiência. Um desses princípios é o da capacidade contributiva, que preconiza:

- a) que os impostos devem incidir proporcionalmente ao consumo de bens públicos.
- b) que os tributos indiretos devem ser preferidos aos diretos por reduzirem a evasão fiscal.
- c) que cada contribuinte deve pagar tributos conforme a utilidade marginal do bem tributado.
- d) que a carga tributária deve ser distribuída de acordo com a renda ou riqueza dos indivíduos.
- e) que o nível de arrecadação deve ser definido com base na elasticidade da demanda.

61. A incidência econômica de um tributo difere da sua incidência legal. Em um mercado competitivo, a carga efetiva de um imposto sobre vendas será suportada:

- a) exclusivamente pelo produtor, se ele for o contribuinte legal.
- b) proporcionalmente à participação de cada agente na cadeia de valor.
- c) inteiramente pelo consumidor, se a demanda for perfeitamente elástica.
- d) em maior proporção pelo lado mais inelástico do mercado, seja a oferta ou a demanda.
- e) somente pelo consumidor, quando a oferta for perfeitamente inelástica.

62 Na teoria da tributação ótima, um dos objetivos é minimizar as distorções causadas pela tributação sobre o comportamento dos agentes. Nesse contexto, é preferível tributar:

- a) bens com alta elasticidade-preço da demanda, pois a receita gerada será maximizada.
- b) bens de luxo, pois são consumidos por camadas mais altas da sociedade.
- c) bens com baixa elasticidade-preço da demanda, pois geram menor perda de eficiência.
- d) bens intermediários na cadeia produtiva, pois reduzem a regressividade do sistema.
- e) bens com alta substitutibilidade, pois ampliam a base de arrecadação.

63. Em uma economia fechada e sem setor público, o Produto Interno Bruto (PIB) pode ser representado como a soma de:

- a) consumo, investimento, exportações e importações.
- b) consumo, investimento e poupança.
- c) consumo, investimento e variação dos estoques.
- d) consumo e investimento apenas.
- e) consumo, investimento e formação bruta de capital fixo.

64. A curva de Phillips representa a relação entre:

- a) oferta de moeda e crescimento econômico no longo prazo.
- b) inflação e taxa de desemprego no curto prazo.
- c) investimento público e taxa de juros real.
- d) exportações líquidas e nível de atividade econômica.
- e) gasto do governo e inflação de custos.

65. O Banco Central de um país, ao aumentar a taxa básica de juros, busca:

- a) estimular o consumo das famílias ao baratear o crédito.
 - b) incentivar os investimentos ao reduzir o custo de capital.
 - c) conter o consumo e a inflação ao tornar o crédito mais caro.
 - d) reduzir a dívida pública ao alongar os prazos dos títulos.
 - e) combater o desemprego por meio da expansão do crédito.
-

CONTABILIDADE GERAL*Gilmar Possati*

66. De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a informação financeira útil deve apresentar características qualitativas fundamentais e de melhoria. Sobre a "Comparabilidade", uma característica qualitativa de melhoria, é correto afirmar que:

- a) Refere-se à capacidade de uma informação ser compreendida por observadores bem-informados e independentes que chegam a um consenso sobre sua representação fidedigna.
- b) Implica no uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.
- c) Permite que usuários identifiquem e compreendam similaridades e diferenças entre itens, sendo distinta da uniformidade, que exige o uso dos mesmos métodos.
- d) Significa disponibilizar a informação a tempo de influenciar as decisões dos usuários, perdendo sua relevância se houver atraso indevido.
- e) É alcançada quando a informação financeira é completa, neutra e isenta de erros, representando a essência do fenômeno que se propõe a representar.

67. Uma empresa comercial adquiriu mercadorias para revenda, pagando R\$ 250.000,00 à vista. Nesse valor, estavam incluídos tributos recuperáveis no montante de R\$ 25.000,00 e tributos não recuperáveis de R\$15.000,00. Adicionalmente, a empresa arcou com R\$ 10.000,00 de frete e R\$ 5.000,00 de seguro para o transporte das mercadorias até seu depósito. Com base nessas informações e no CPC 16 – Estoques, o valor a ser registrado na conta de Estoques da empresa é:

- a) R\$ 250.000,00
- b) R\$ 225.000,00

- c) R\$235.000,00
- d) R\$ 240.000,00
- e) R\$ 255.000,00

68. A Cia Audazes enfrenta cinco processos judiciais em 31/12/20X3, com as seguintes avaliações de probabilidade de perda e valores estimados:

Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Trabalhista 1	1.000.000	Provável
Fiscal 1	500.000	Possível
Cível	700.000	Remota
Trabalhista 2	300.000	Provável
Fiscal 2	800.000	Possível

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor total que a empresa deve reconhecer como provisão em seu Balanço Patrimonial em 31/12/20X3 é de:

- a) R\$ 1.300.000,00
- b) R\$1.600.000,00
- c) R\$ 2.300.000,00
- d) R\$ 2.600.000,00
- e) R\$ 3.300.000,00

69. A Cia Audazes adquiriu um equipamento em 01/07/20X2 por R\$ 3.400.000,00, pagando à vista. A vida útil estimada para o equipamento foi definida em 10 anos e o valor residual esperado ao final desse prazo era de R\$ 200.000,00. A empresa utiliza o método das quotas constantes para o cálculo da depreciação. Em 30/06/20X4, a empresa vendeu este equipamento por R\$ 2.800.000,00.

Considerando o método de depreciação adotado, o valor contábil líquido do equipamento na data da venda (30/06/20X4) e o resultado (lucro ou prejuízo) apurado na venda foram, respectivamente:

- a) R\$ 3.080.000,00 e Prejuízo de R\$ 280.000,00
- b) R\$ 3.080.000,00 e Prejuízo de R\$ 360.000,00
- c) R\$ 2.760.000,00 e Lucro de R\$ 40.000,00
- d) R\$ 2.760.000,00 e Lucro de R\$ 80.000,00
- e) R\$ 3.040.000,00 e Prejuízo de R\$ 240.000,00

70. A empresa "Audazes S.A." apresenta os seguintes dados extraídos de suas demonstrações financeiras em 31/12/20X2 e 31/12/20X3, e da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) de 20X3:

Balanços Patrimoniais (em R\$)

Conta	31/12/20X2	31/12/20X3
Caixa e Equivalentes	150.000	280.000
Contas a Receber	400.000	350.000
Estoques	250.000	300.000
Imobilizado (líquido)	800.000	950.000
Fornecedores	300.000	380.000
Salários a Pagar	100.000	120.000

Conta	31/12/20X2	31/12/20X3
Empréstimos a Pagar (LP)	500.000	600.000
Capital Social	600.000	650.000
Lucros Acumulados	100.000	130.000

Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) 20X3 (em R\$)

Descrição	Valor
Receita Líquida de Vendas	1.500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	(700.000)
Lucro Bruto	800.000
Despesas Operacionais (exceto depreciação)	(400.000)
Despesa de Depreciação	(100.000)
Resultado na Venda de Ativo Imobilizado	50.000
Despesas Financeiras (não pagas)	(30.000)
Lucro Líquido	320.000

Com base nas informações fornecidas e no método indireto da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), o fluxo de caixa gerado (ou consumido) pelas atividades operacionais em 20X3 foi de:

- a) R\$ 390.000,00
- b) R\$ 420.000,00
- c) R\$ 470.000,00
- d) R\$ 500.000,00
- e) R\$ 530.000,00

71. A empresa "Audazes dos Pampas Ltda." apresentou as seguintes transações durante o ano de 20X3:

- Em 1º de outubro de 20X3, vendeu mercadorias a prazo por R\$ 50.000,00. O custo das mercadorias vendidas (CMV) foi de R\$ 30.000,00. O recebimento ocorrerá em 1º de abril de 20X4.
- Em 1º de novembro de 20X3, pagou R\$ 12.000,00 de aluguel adiantado referente ao período de 1º de novembro de 20X3 a 31 de abril de 20X4.
- Em 1º de dezembro de 20X3, recebeu R\$ 18.000,00 por serviços que serão prestados uniformemente nos próximos 6 meses, a partir da data do recebimento.

Com base no regime de competência, o resultado líquido (lucro ou prejuízo) gerado por essas transações no Resultado do Exercício de 20X3 da empresa "Audazes dos Pampas Ltda." foi de:

- a) Lucro de R\$ 19.000,00
- b) Lucro de R\$ 24.000,00
- c) Lucro de R\$ 28.000,00
- d) Lucro de R\$ 32.000,00
- e) Prejuízo de R\$ 2.000,00

72. A empresa "Audazes Inovações Digitais S.A." adquiriu, em 01/06/20X2, uma licença de uso de software pelo valor comercial de R\$ 130.000,00, obtendo um desconto de R\$ 10.000,00. Para colocá-lo em condições operacionais, incorreu em R\$ 15.000,00 de impostos de importação e R\$ 9.000,00 em honorários de integração com sistemas existentes. Gastos com treinamento de pessoal totalizaram R\$ 7.500,00. A vida útil definida para a licença é de 8 anos, sem valor residual, e a amortização é linear.

Em 31/05/20X4, devido ao lançamento de um software mais moderno no mercado, a empresa realizou um teste de recuperabilidade (*impairment*). Naquela data, o valor em uso foi estimado em R\$ 86.000,00 e o valor justo em R\$ 95.000,00, com despesas de venda de R\$ 6.000,00.

Com base nessas informações e na NBC TG 04 - Ativo Intangível e NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a perda por redução ao valor recuperável do ativo reconhecida em 31/05/2024 foi de:

- a) R\$ 12.250,00
- b) R\$ 19.000,00
- c) R\$ 27.625,00
- d) R\$ 35.125,00
- e) Nenhuma perda deve ser reconhecida.

73. Os saldos das contas componentes do Patrimônio Líquido da empresa "Paleteada S.A.", em 31/12/20X1, eram:

- Capital Social: R\$ 4.000.000,00
- Reserva Legal: R\$ 700.000,00
- Reserva Estatutária: R\$ 100.000,00

O Lucro Líquido apurado pela empresa em 20X2 foi de R\$ 800.000,00. A Reserva Legal é constituída de acordo com o que estabelece a Lei n. 6.404/1976. O estatuto social da empresa estabelece que o dividendo obrigatório é calculado pela aplicação do percentual de 25% sobre o saldo do Lucro Líquido após a dedução do valor da Reserva Legal. Não houve outras destinações de lucro ou movimentações no Capital Social e Reserva Estatutária no período.

O valor total do Patrimônio Líquido da "Paleteada S.A." no Balanço Patrimonial de 31/12/20X2 era:

- a) R\$ 5.370.000,00
- b) R\$ 5.410.000,00
- c) R\$ 5.540.000,00
- d) R\$ 5.600.000,00
- e) R\$ 5.750.000,00

74. A empresa "Estilo Campeiro Ltda.", comercializadora de xícaras de café, utiliza o critério de valoração de estoques "Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair" (PEPS). Considere as seguintes informações:

- **Estoque Inicial (antes de qualquer aquisição em jan/20X3):** 20 xícaras adquiridas por R\$ 7,50 cada.
- **Aquisição 1 (06/01/20X3):** Compra a prazo de 200 xícaras pelo preço unitário de R\$ 8,00. Obteve um desconto financeiro de 10% sobre o valor total da compra.
- **Devolução (11/01/20X3):** Devolução de 10 xícaras da Aquisição 1 devido a avarias, com um abatimento de R\$ 72,00 no valor da compra.
- **Aquisição 2 (20/01/20X3):** Nova aquisição de 100 xícaras ao preço unitário de R\$ 10,00.
- **Venda (30/01/20X3):** Venda de 250 xícaras.

O valor do Custo da Mercadoria Vendida (CMV) reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício da empresa em 31/01/2023 foi de:

- a) R\$ 2.080,00
- b) R\$ 1.918,00
- c) R\$ 1.968,00
- d) R\$ 2.078,00
- e) R\$ 2.030,85

75. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o objetivo principal das demonstrações contábeis de propósito geral é:

- a) Fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores existentes e potenciais, credores por empréstimos e outros credores na tomada de decisões relativas à concessão de recursos à entidade.
- b) Apresentar a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa, de forma a atender às necessidades de todos os usuários interessados, sem exceção.
- c) Demonstrar o cumprimento das responsabilidades da administração (administradores e gerentes) quanto ao uso eficiente dos recursos que lhe foram confiados, servindo como base para a prestação de contas.

- d) Prover informações detalhadas que permitam a avaliação exclusiva da capacidade da entidade em gerar lucros para seus proprietários a curto prazo.
- e) Assegurar a comparabilidade das informações financeiras ao longo do tempo e entre diferentes entidades, por meio da aplicação consistente de métodos contábeis e uniformidade na apresentação.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

Alessandra Lopes

76. A construção da Companhia Estrada de Ferro de Goiás, iniciada em 1911, inseriu-se no contexto de modernização das infraestruturas de transporte no Brasil. Seu traçado e implantação refletiram tanto os interesses do capital externo quanto os projetos políticos locais de integração econômica. Nesse sentido, a ferrovia:

- a) consolidou a interiorização do capital industrial, ligando diretamente os polos produtivos goianos ao parque fabril do Sudeste e assegurando o transporte de insumos pesados por um modal mais barato.
- b) atendeu a uma política de integração territorial do governo federal, priorizando a conexão das regiões Norte e Centro-Oeste como estratégia para contenção de conflitos fundiários.
- c) impôs-se como vetor de industrialização regional, transformando Goiânia e Anápolis em centros industriais integrados ao mercado externo a partir da década de 1920.
- d) restringiu-se à função de transporte de passageiros, já que os altos custos de manutenção inviabilizaram seu uso econômico regular, mesmo durante o ciclo de expansão das ferrovias brasileiras.
- e) viabilizou o escoamento da produção agrícola e pecuária da região, sendo resultado de pressões locais por integração econômica e de incentivos à penetração do capital britânico na malha ferroviária nacional.

77. Considere os aspectos históricos e sociais do povoamento e da formação cultural do estado de Goiás:

- I. A ocupação efetiva da região goiana no período colonial esteve associada à descoberta de minas e ao deslocamento de bandeirantes paulistas, especialmente após a decadência da economia açucareira no litoral nordestino.
- II. O território goiano integrou a Capitania de Minas Gerais até o século XIX, quando passou a ser vinculado diretamente à Coroa Portuguesa, em função de sua posição estratégica no interior do Brasil.
- III. A presença de comunidades remanescentes de quilombos em Goiás, como os Kalunga, reflete resistências históricas de populações negras à escravidão e à exclusão social, sendo reconhecidas oficialmente e inseridas em políticas de valorização cultural e territorial.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I e II.

78. Considere os aspectos culturais e patrimoniais do estado de Goiás:

- I. A cidade de Goiás, antiga capital do estado, foi reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO por conservar traços originais da arquitetura colonial e um conjunto urbano integrado ao ambiente natural.
- II. As Cavalhadas, realizadas em cidades como Pirenópolis, são festividades que recriam a luta entre mouros e cristãos e integram o ciclo das festas juninas, com forte influência da tradição indígena e da cultura afro-brasileira.
- III. A Festa do Divino Pai Eterno, realizada em Trindade, é considerada Patrimônio Imaterial da Humanidade pela UNESCO e caracteriza-se por

encenações teatrais e desfiles de carros alegóricos alusivos à criação do mundo.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I e II.

79. Durante o período colonial, a ocupação do território goiano esteve relacionada à ação dos bandeirantes paulistas e de outros agentes da colonização interna. Com base nesse contexto histórico, assinale a alternativa correta:

- a) Os bandeirantes chegaram a Goiás com o objetivo de catequizar indígenas e estabelecer missões religiosas no Alto Araguaia, seguindo orientações diretas da Coroa Portuguesa.
- b) A atuação dos bandeirantes na região de Goiás foi motivada pela busca de metais preciosos, como o ouro, e resultou no surgimento de núcleos urbanos a partir do final do século XVII.
- c) A entrada dos bandeirantes no atual território de Goiás se deu após a instalação da Capitania de Goiás, quando foram contratados como sertanistas para controlar rebeliões indígenas.
- d) Diferentemente do que ocorreu em outras regiões do Brasil, os bandeirantes paulistas não desempenharam papel relevante na formação territorial e econômica do estado de Goiás.
- e) A ocupação de Goiás por agentes coloniais externos só ocorreu no século XIX, com a chegada de migrantes do Nordeste em razão da crise da economia açucareira.

80. Goiás é atravessado por importantes divisores de águas, sendo berço de grandes bacias hidrográficas que abastecem diferentes regiões do Brasil. Assinale a alternativa correta quanto à hidrografia do estado:

- a) A Bacia Amazônica, formada principalmente por rios que nascem no litoral norte, tem seus principais afluentes originados no território goiano.
- b) A Bacia Platina, com destaque para o Rio Paraguai, nasce no centro do estado e é responsável pela irrigação do Pantanal goiano.
- c) A Bacia do Rio São Francisco, embora passe por Goiás, tem sua nascente localizada na Serra do Mar, no estado de São Paulo.
- d) A Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia nasce em Goiás, sendo parte fundamental da Bacia Tocantins-Araguaia, que drena porções do norte e nordeste do estado.
- e) A Bacia do Rio Doce, responsável pelo abastecimento da Região Sudeste, tem sua nascente em território goiano e deságua na costa do Espírito Santo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BANCO DE DADOS

Emannuelle Gouveia

81. Qual das letras abaixo não indica uma função de agregação no SQL.

- a) SUM.
- b) MIN.
- c) AVG.
- d) COUNT.
- e) HAVING.

82. Marque, das alternativas abaixo, a cláusula JOIN que retorna todos os registros quando há uma correspondência na tabela da esquerda ou da direita.

- a) LEFT JOIN.
- b) FULL OUTER JOIN
- c) RIGHT JOIN
- d) SELF JOIN.
- e) INNER JOIN

83. Em relação aos níveis de abstração no projeto de banco de dados, qual alternativa descreve corretamente o nível conceitual:

- a) Representa a maneira como os dados são fisicamente armazenados no disco rígido.
- b) Foca na estrutura lógica do banco de dados, incluindo entidades, atributos e relacionamentos.
- c) Define exclusivamente as permissões de acesso aos dados por usuários finais.
- d) Traduz o modelo lógico para instruções em linguagem de definição de dados.
- e) É responsável por exibir os dados diretamente percebidos pelo usuário, como tabelas e formulários.

84. Em um SGBD, qual alternativa expressa corretamente um mecanismo de tolerância a falhas:

- a) Exclusão automática de registros inconsistentes após uma falha de energia.
- b) Geração de relatórios de auditoria em tempo real.
- c) Criação de backup incremental e uso de logs para recuperação de transações.
- d) Normalização da base de dados para eliminar redundância.
- e) Compressão dos dados para reduzir o tempo de acesso.

85. Sobre bancos de dados NoSQL, assinale a alternativa correta.

- a) O modelo NoSQL exige estrutura rígida e normalizada para garantir integridade relacional.
- b) Bancos NoSQL são ideais apenas para sistemas de pequeno porte e baixa concorrência.
- c) Em bancos de grafos, os dados são representados por linhas e colunas, como em planilhas.
- d) O modelo de chave-valor é uma das categorias de bancos NoSQL, sendo útil para armazenamento simples e rápido.
- e) NoSQL é um padrão ISO obrigatório para bancos de dados documentais.

GESTÃO DE PROJETOS

Fernando Pedrosa

Acerca de **PMBOK 7**, julgue os itens subsequentes.

86. De acordo com o PMBOK 7, qual prática se refere a comparação de produtos, processos e práticas, reais ou planejadas, com os de organizações similares para identificar as práticas recomendadas?

- a) Benchmarking
- b) Caminho Crítico
- c) Crashing
- d) Elaboração progressiva
- e) Previsão (Forecast)

87. Sobre características dos Princípios de Gerenciamento de Projetos do PMBOK 7, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Pretendem orientar o comportamento das pessoas envolvidas com projetos.
- b) São de natureza prescritiva, ou seja, contêm detalhamento sobre como executar as atividades de gerenciamento de projetos.
- c) Servem como diretrizes fundamentais para a estratégia, tomada de decisões e resolução de problemas.

d) Complementam o código de ética do PMI e seus valores: Responsabilidade, Respeito, Equidade, Honestidade.

e) Não há uma ordem específica ou classificação de princípios.

CIÊNCIAS DE DADOS

Lucas Ianni

88. Em um projeto de ciência de dados, você está avaliando abordagens de modelagem de sistemas de Aprendizado de Máquina. Assinale a alternativa que melhor explica a diferença fundamental entre aprendizado supervisionado e não supervisionado.

- a) Em aprendizado não supervisionado, o processo de treinamento requer refinamento manual contínuo dos agrupamentos (clusters), enquanto no supervisionado não há qualquer intervenção humana após a rotulagem inicial.
- b) Em métodos supervisionados, a função de perda é construída a partir das discrepâncias entre previsões e rótulos verdadeiros; já em não supervisionados, o objetivo de otimização baseia-se em critérios internos ao próprio conjunto de dados, como similaridade, variância ou reconstrução, sem uso de rótulos externos.
- c) Algoritmos supervisionados permitem ajuste de hiperparâmetros, mas os não supervisionados não admitem seleção de hiperparâmetros devido à ausência de rótulos para validação.
- d) No aprendizado não supervisionado, costuma-se fazer um pré-treinamento em dados rotulados para então “afinar” padrões não rotulados, enquanto o supervisionado dispensa qualquer pré-treinamento.
- e) A única diferença relevante entre as duas abordagens é computacional: os métodos não supervisionados processam volumes muito maiores de dados por exigirem cálculo de similaridades, ao passo que os supervisionados lidam com conjuntos menores em razão do overhead de rótulos.

89. Uma equipe de ciência de dados aplicou regressão logística com penalização L2 para prever inadimplência de clientes, utilizando 120 variáveis financeiras coletadas de apenas 20 filiais. No conjunto de validação, o modelo obteve acurácia média de 50%. Ao investigar, constataram que no treinamento a acurácia média foi de 98%. Qual diagnóstico e qual conjunto de ações são mais apropriados?

- a) Trata-se de underfitting, pois baixa variância entre treino e validação indica modelo simples demais; deve-se aumentar a complexidade incluindo termos polinomiais e reduzir a regularização.
- b) Trata-se de underfitting, já que a validação fica similar ao treino; deve-se coletar mais dados e aplicar validação cruzada para transferir mais capacidade ao modelo.
- c) Trata-se de overfitting, pois treino excelente e validação ruim indicam alta variância; uma solução seria trocar L2 por L1 para forçar esparsidade e eliminar variáveis irrelevantes.
- d) Trata-se de overfitting, pois o grande gap entre treino e validação mostra bias excessivo; recomenda-se realizar ajuste fino de λ .
- e) Trata-se de data drift entre fontes distintas (filiais); deve-se aplicar técnicas de correção de drift.

90. Em uma rede neural feed-forward multicamadas, cada unidade de processamento recebe sinais de várias conexões de entrada, calcula um somatório ponderado pelos respectivos pesos, adiciona um termo de viés e por fim aplica uma função de ativação não-linear. Qual é o nome dessa unidade central que realiza todas essas operações?

- a) Perceptron
- b) Nó de ativação
- c) Unidade de viés
- d) Conexão sináptica
- e) Célula de gradiente

91. Em um estudo de modelagem de preços de imóveis, você ajustou dois modelos de regressão:

- Um simples, com apenas o tamanho da casa como variável explicativa.

- Um múltiplo, incluindo também idade do imóvel e distância ao centro da cidade.

Existe uma suposição que precisa ser verificada somente no modelo múltiplo. Qual é ela?

- a) Ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes
- b) Média zero dos resíduos
- c) Relação linear entre cada variável explicativa e a variável dependente
- d) Independência serial (não-autocorrelação) dos resíduos
- e) Homocedasticidade dos resíduos

92. Um analista de mercado aplicou Análise de Correspondência a uma tabela cruzada que relaciona categorias de produto (X, Y, Z) com canais de venda (Online, Loja Física, Distribuidor). Seu objetivo é representar graficamente as associações entre essas categorias em poucas dimensões, preservando as distâncias de dependência observadas. Sobre as características fundamentais dessa técnica, assinale a alternativa correta.

- a) A Análise de Correspondência exige que os dados sejam numéricos contínuos para que a métrica euclidiana seja válida.
- b) Essa técnica pressupõe normalidade multivariada dos perfis de linha e de coluna para que os eixos sejam estatisticamente significativos.
- c) A Análise de Correspondência é uma técnica de redução de dimensionalidade para tabelas de contingência que utiliza a decomposição em valores singulares, preservando a distância qui-quadrado entre perfis de linha e coluna sem pressuposições paramétricas.
- d) Deve-se eliminar previamente linhas ou colunas com baixas frequências absolutas, pois casos esparsos invalidam completamente os componentes extraídos.
- e) A inferência em Análise de Correspondência baseia-se em estimar parâmetros latentes por máxima verossimilhança, tal como em modelos de mistura.

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

93. Assinale a alternativa INCORRETA acerca da documentação de auditoria, em conformidade com as normas de auditoria vigentes.

- a) O auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor experiente, sem nenhum envolvimento anterior com a auditoria, entenda os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.
- b) Ao documentar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados, o auditor deve registrar as características que identificam os itens ou assuntos específicos testados.
- c) Explicações verbais do auditor não representam documentação adequada para o trabalho executado pelo auditor ou para as conclusões obtidas, nem podem ser usadas para explicar ou esclarecer informações contidas na documentação de auditoria.
- d) O auditor deve documentar discussões de assuntos significativos com a administração, os responsáveis pela governança e outros, incluindo a natureza dos assuntos significativos discutidos e quando e com quem as discussões ocorreram.
- e) Se o auditor identificou informações referentes a um assunto significativo que são inconsistentes com a sua conclusão final, ele deve documentar como tratou essa inconsistência.

94. Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, ao comparar o risco do trabalho e a extensão dos procedimentos executados no trabalho de asseguração razoável e no trabalho de asseguração limitada, de acordo com a, é correto afirmar que

- a) no trabalho de asseguração razoável, o risco do trabalho é maior, enquanto a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.
- b) no trabalho de asseguração limitada, o risco do trabalho é menor, e a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.
- c) no trabalho de asseguração limitada, o risco do trabalho é maior, enquanto a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.
- d) o risco do trabalho é igual, no entanto, no trabalho de asseguração razoável, a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.
- e) o risco do trabalho é igual, no entanto, no trabalho de asseguração limitada, a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.

95. Assinale a afirmativa incorreta acerca da auditoria de demonstrações contábeis, nos termos da NBC TA 200(R1):

- a) Seu objetivo é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, sendo este alcançado mediante a expressão de uma opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis terem sido elaboradas ou não, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- b) A auditoria em conformidade com as normas de auditoria é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança têm conhecimento de certas responsabilidades que são fundamentais para a condução da auditoria.
- c) Para embasar sua opinião quanto às demonstrações contábeis, é necessário que o auditor obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, com exceção dos casos em que forem causadas por fraude ou erro.
- d) Asseguração razoável é um nível elevado de segurança, conseguido quando o auditor obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir a um nível aceitavelmente baixo o risco de auditoria.
- e) A asseguração razoável não é um nível absoluto de segurança, porque há limitações inerentes em uma auditoria, as quais resultam do fato de que a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião, é persuasiva e não conclusiva.

96. No exercício de 2024, a empresa XPTO S/A foi incluída em um Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), que é um regime opcional de parcelamento de débitos fiscais para pessoas jurídicas com dívidas com a Receita Federal. O fato foi apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis. Mesmo sendo divulgado o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), o auditor julgou que o assunto é de importância fundamental para o

entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.

Assim, o auditor independente incluirá, em seu relatório,

- a) um parágrafo de outros assuntos.
- b) uma ressalva.
- c) um fato relevante.
- d) um parágrafo de ênfase.
- e) Uma opinião não modificada

97. Segundo a NBC TA 530, qual o objetivo do auditor ao usar a amostragem em auditoria?

- a) construir uma amostra tempestiva e que represente toda a população.
- b) otimizar os recursos despendidos para gerar informação completa e livre de erros.
- c) assegurar que as demonstrações contábeis auditadas estão livres de fraude e de erro.
- d) minimizar o tempo e os recursos necessários para que sejam apresentados resultados confiáveis.
- e) proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.

98. A inspeção do estoque, ao acompanhar a sua contagem física, ajuda o auditor a, segundo as normas vigentes:

- a) observar o cumprimento das instruções da administração em relação ao ciclo operacional.
- b) identificar estoques obsoletos, danificados ou sem movimentação.
- c) verificar a adequação das políticas de compra e venda praticadas.
- d) determinar o método de custeio mais eficiente para o controle do estoque.
- e) averiguar sobre a diferença de preços praticados pela administração.

99. Em conformidade com a NBC TI 01 – Auditoria Interna, os papéis de trabalho

- a) devem ser suficientes, fidedignos, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade.
- b) constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.
- c) devem ser documentados pela auditoria interna, sendo elaborados em meio físico ou eletrônico, organizados e arquivados de forma sistemática e racional.
- d) visam obter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão do planejamento de auditoria interna aplicado, bem como o risco exercido e do suporte das conclusões alcançadas.
- e) visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.

100. Avalie as afirmativas a seguir, nos termos da NBC TA 240 (R1).

I. A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é do auditor.

II. Caso o auditor tenha identificado ou suspeite de fraude, ele deve determinar se leis, regulamentos ou requisitos éticos relevantes exigem que o auditor comunique à autoridade competente externa à entidade e estabelecem responsabilidades segundo as quais a comunicação à autoridade competente externa à entidade pode ser apropriada nas circunstâncias correspondentes.

III. Caso o auditor tenha identificado uma fraude ou obtido informações que indiquem a possibilidade de fraude, o auditor deve comunicar estes assuntos tempestivamente a pessoa de nível apropriado da administração que têm a responsabilidade

primordial de prevenir e detectar fraude em assuntos relevantes no âmbito de suas responsabilidades.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) II, apenas.

101. Durante a execução dos trabalhos de auditoria, os testes de observância são destinados a

- a) validar se os administradores conduzem os negócios de forma a maximizar lucros.
- b) garantir que não houve erros relevantes ou fraudes.
- c) certificar que os controles internos estabelecidos pela empresa são observados e cumpridos.
- d) substituir a necessidade de testes substantivos na verificação dos saldos contábeis.
- e) constatar as evidências obtidas durante a execução do trabalho de auditoria e emitir opinião.

102. O procedimento de auditoria que consiste na checagem de saldos contidos em contas representativas de direitos e de obrigações por meio de informações recebidas dos próprios credores ou devedores da organização que está sendo auditada é o(a)

- a) procedimento analítico
- b) confirmação externa
- c) observação direta
- d) indagação
- e) recálculo

**CONHECIMENTO BÁSICO DA ESTRUTURA
DA EFD ICMS/IPI***Paolla Ramos*

103. A NF-e deverá ser emitida com base em leiaute estabelecido no MOC, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte, observadas as seguintes formalidades, exceto:

- a) A NF-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CPF ou CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.
- b) A NF-e deverá conter um “código numérico”, gerado pelo emitente, que comporá a “chave de acesso” de identificação da NF-e, juntamente com o CNPJ ou CPF do emitente, número e série da NF-e.
- c) A numeração da NF-e será sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite.
- d) O arquivo digital da NF-e deverá ser elaborado no padrão TXT.
- e) A identificação das mercadorias comercializadas com a utilização da NF-e deverá conter o seu correspondente código estabelecido na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

104. A respeito da EFD-ICMS/IPI, assinale a afirmação correta.

- a) Uma vez escriturados e enviados os arquivos da EFD- ICMS/IPI, o contribuinte não tem mais a obrigação de manter todos os documentos fiscais que deram origem a escrituração.
- b) Os arquivos da EFD-ICMS/IPI têm periodicidade anual, e compreendem todo o ano calendário civil.
- c) A Escrituração Fiscal Digital – EFD-ICMS/IPI é parte integrante do projeto SPED, que busca promover a integração dos fiscos federal, estaduais e do Distrito Federal mediante a padronização, racionalização e compartilhamento das informações fiscais digitais, bem como integrar todo o processo relativo à escrituração fiscal, com a substituição do atual documentário em meio físico (papel) por documento eletrônico com validade jurídica. Para tanto, todos os documentos eletrônicos são assinados digitalmente com uso de Certificados Digitais, do tipo A1 ou A3, expedidos, em conformidade com as regras do ICP-Brasil, pelos representantes legais ou seus procuradores, tendo este arquivo validade jurídica para todos os fins.
- d) O contribuinte pode gerar e manter uma EFD-ICMS/IPI compreendendo todos os seus estabelecimentos, desde que ela contenha todas as informações referentes aos períodos de apuração do(s) imposto(s).
- e) Com o objetivo de simplificar os processos e reduzir as obrigações acessórias impostas aos contribuintes, foi instituída a EFD-ICMS/IPI, pela qual o contribuinte apresentará na forma digital, com transmissão via Internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração dos impostos IPI, IR, ICMS e ISSQN de cada período de apuração, bem como outras informações de interesse econômico-fiscais.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Gilmar Possati*

- 105.** A Companhia Audazes adquiriu 100% das ações da Companhia Bravo em 31/12/20X3 por R\$ 12.800.000,00, obtendo o controle. Na data da aquisição, os saldos contábeis e valores justos dos ativos e passivos identificáveis da Companhia Beta eram os seguintes:

Conta	Valor Contábil (R\$)	Valor Justo (R\$)
Ativos Circulantes	3.000.000,00	3.000.000,00
Ativos Não Circulantes (exceto Imobilizado)	5.000.000,00	6.000.000,00
Ativo Imobilizado	7.000.000,00	8.000.000,00
Passivos Circulantes	(4.000.000,00)	(4.000.000,00)
Passivos Não Circulantes	(2.000.000,00)	(2.500.000,00)

A Companhia Bravo possuía ainda um contrato de pesquisa e desenvolvimento (P&D) não reconhecido como ativo em suas demonstrações contábeis devido a não atender aos critérios de capitalização, mas com um valor justo de R\$ 500.000,00 na data da aquisição. As despesas de aquisição (custos de transação) incorridas pela Companhia Audazes totalizaram R\$ 300.000,00.

Com base nas informações fornecidas e nos princípios de Contabilidade Avançada para combinação de negócios (CPC 15), o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou ganho por compra vantajosa reconhecido pela Companhia Audazes na aquisição da Companhia Bravo foi de:

- a) Ágio (Goodwill) de R\$ 1.200.000,00
- b) Ágio (Goodwill) de R\$ 1.500.000,00
- c) Ágio (Goodwill) de R\$ 1.800.000,00
- d) Ganho por compra vantajosa de R\$ 1.200.000,00
- e) Ganho por compra vantajosa de R\$ 1.500.000,00

- 106.** Em 01/01/20X3, uma empresa recebeu uma subvenção governamental de R\$ 1.000.000,00 para a aquisição de um maquinário específico, que custou R\$ 4.000.000,00 e possuía vida útil de 10 anos, sem valor residual. A empresa adota o método das quotas constantes para depreciação. Conforme o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, e considerando que o tratamento contábil da subvenção deve ser consistente com o tratamento do ativo relacionado, o impacto líquido desta subvenção no resultado do exercício de 20X3 foi de:

- a) Reconhecimento de receita de subvenção de R\$ 100.000,00.
- b) Redução do custo do ativo em R\$ 1.000.000,00, resultando em menor despesa de depreciação de R\$ 100.000,00.
- c) Reconhecimento de receita de subvenção de R\$ 1.000.000,00 na data do recebimento.
- d) Reconhecimento de receita de subvenção de R\$ 100.000,00 e aumento da despesa de depreciação de R\$ 400.000,00.
- e) Redução do custo do ativo em R\$ 1.000.000,00, não havendo impacto direto no resultado do exercício de 20X3.

107. Com relação às Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa Contábil e Retificação de Erros, e conforme o Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2), analise as afirmativas a seguir:

- I. Uma mudança em política contábil deve ser aplicada retrospectivamente, a menos que seja impraticável ou que outro Pronunciamento, Interpretação ou Orientação exija ou permita tratamento diferente.
- II. O efeito de uma mudança em estimativa contábil deve ser reconhecido prospectivamente, isto é, incluído no resultado do período da mudança e em períodos futuros, se a mudança afetar ambos.
- III. A retificação de um erro material de período anterior deve ser realizada por meio da reapresentação retrospectiva das demonstrações contábeis, ajustando os saldos iniciais dos ativos, passivos e patrimônio líquido.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

108. A empresa "Investidora S.A." aplicou R\$ 600.000,00 em ativos financeiros em 01/12/20X3. As características e valores justos em 31/12/20X3 são apresentados a seguir:

- R\$ 300.000,00 mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 200.000,00 mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
- R\$ 100.000,00 mensurados ao valor justo por meio do resultado do período (VJR).

Todos os títulos rendem a uma taxa de juros de 0,8% ao mês. Os valores justos em 31/12/20X3 são:

- Títulos mensurados ao custo amortizado: R\$ 302.400,00
- Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: R\$ 202.000,00

- Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado do período: R\$ 101.200,00

Os valores em reais apresentados no Balanço Patrimonial da empresa "Investidora S.A.", em 31/12/2023, para os títulos mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR foram, respectivamente:

- a) R\$ 300.000,00; R\$ 200.000,00; R\$ 100.000,00
- b) R\$ 302.400,00; R\$ 201.600,00; R\$ 100.800,00
- c) R\$ 302.400,00; R\$ 202.000,00; R\$ 101.200,00
- d) R\$ 300.000,00; R\$ 202.000,00; R\$ 101.200,00
- e) R\$ 302.400,00; R\$ 200.000,00; R\$ 100.000,00

109. A respeito do tratamento contábil da **Propriedade para Investimento**, conforme o CPC 28, analise as afirmativas a seguir:

- I. Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício — ou parte de um edifício — ou ambos) mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro para auferir aluguéis ou para valorização do capital, ou ambos.
- II. Após o reconhecimento inicial, a entidade deve escolher entre o modelo de custo e o modelo de valor justo para mensurar todas as suas Propriedades para Investimento, devendo aplicar a política contábil escolhida para todas as propriedades do grupo.
- III. No modelo de custo, a propriedade para investimento é mensurada pelo valor justo na data do balanço, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do período.
- IV. Uma propriedade mantida para uso próprio que se torne uma propriedade para investimento (ou vice-versa) deve ser reclassificada, e a contabilização dessa reclassificação dependerá do método de mensuração subsequente adotado.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

110. A reestruturação societária de empresas envolve diversas operações que modificam a estrutura legal e contábil das entidades. Sobre os aspectos gerais da **reorganização e reestruturação de empresas**, assinale a afirmativa correta:

- a) A fusão ocorre quando uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, e as sociedades incorporadas permanecem existindo juridicamente.
- b) Na incorporação, a sociedade incorporada se extingue, mas a sociedade incorporadora não é criada, apenas assume os direitos e obrigações da incorporada.
- c) A cisão implica na extinção da sociedade cindida, com a transferência de parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades já existentes ou para sociedades novas, que dela se originam.
- d) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em uma combinação de negócios é sempre amortizável ao longo de sua vida útil estimada, que não pode exceder 10 anos no Brasil.
- e) O ganho por compra vantajosa (deságio) ocorre quando o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida é inferior à contraprestação transferida pelo adquirente, e deve ser reconhecido como receita diferida.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

111. Uma empresa industrial incorreu nos seguintes gastos no ano de 2024:

Compra de máquinas	R\$ 70.000,00
Matéria prima consumida	R\$ 80.000,00
Depreciação das máquinas da fábrica	R\$ 50.000,00
Mão de obra direta incorrida	R\$ 100.000,00
Mão de obra indireta incorrida	R\$ 130.000,00
Salários dos funcionários da área comercial	R\$ 120.000,00
Despesa de vendas	R\$ 36.000,00

Assinale a opção que indica o custo de transformação da empresa, em 2024.

- a) R\$ 280.000,00.
- b) R\$ 230.000,00.
- c) R\$ 310.000,00.
- d) R\$ 430.000,00.
- e) R\$ 500.000,00.

112. A Cia. MAVIFOR apresentou os seguintes saldos em 31/12/2024:

- Consumo de matéria prima no período: R\$ 770;
- Despesas de publicidade: R\$ 630;
- custos indiretos de fabricação: R\$ 449;
- saldo inicial do inventário de produtos acabados: R\$ 160;
- saldo final de inventário de produtos em processo: R\$ 138;
- saldo inicial do inventário de produtos em processo: R\$ 180;
- saldo final do inventário de produtos acabados: R\$ 100;
- mão de obra direta consumida no período: R\$ 744.

Qual é o valor da Custo da Produção Acabada no período?

- a) R\$ 2.065,00.
- b) R\$ 2.023,00.
- c) R\$ 1.963,00.
- d) R\$ 1.863,00.
- e) R\$ 2.005,00.

113. A Cia. industrial MAVIFOR incorreu nos seguintes custos durante o mês de janeiro de 2024:

- Matéria-prima consumida: R\$ 1.000,
- mão de obra direta: R\$ 3.000;
- custos indiretos de fabricação variáveis: R\$ 800;
- custos indiretos fixos de fabricação: R\$ 1.200.

Nesse mês, a empresa produziu 10 unidades e vendeu 70% delas por R\$ 5.500.

Quais são os custos dos produtos vendidos de acordo com o custeio por absorção e com o custeio variável, respectivamente?

- a) R\$ 1.300 e R\$ 2.140.
- b) R\$ 4.200 e R\$ 3.360.
- c) R\$ 2.140 e R\$ 1.300.
- d) R\$ 3.360 e R\$ 4.200.

e) R\$ 6.000 e R\$ 4.800.

114. A empresa industrial MAVIFOR que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 90, apresentou os seguintes custos e despesas em 2024.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 14.400
- Mão de obra direta: R\$ 8.400
- Custos indiretos variáveis: R\$ 1.200
- Custos fixos totais: R\$ 14.400

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 6.000
- Fixas: R\$ 10.800

Sabe-se que, no período, foram produzidas 12.000 unidades e vendidas 10.000 unidades.

O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de:

- a) R\$ 2.670,00.
- b) R\$ 2.730,00.
- c) R\$ 2.400,00.
- d) R\$ 2.850,00.
- e) R\$ 3.000,00

115. Considere as seguintes informações, referentes à venda de 27.000 unidades de um mesmo produto por uma empresa:

- | | |
|----------------------|-----------|
| • Vendas | 1.890.000 |
| • Despesas Variáveis | 1.215.000 |
| • Despesas Fixas | 360.000 |

Essa empresa precisará vender quantas unidades desse produto para atingir o ponto de equilíbrio?

- a) 8.000.
- b) 10.000.
- c) 14.400.
- d) 12.200.
- e) 15.000.

116. A empresa MAVIFOR produz e vende um único produto. No mês de agosto, a MAVIFOR produziu e vendeu 100 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 950,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 10,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de agosto, em quantidade, foi de

- a) 55 unidades.
- b) 60 unidades.
- c) 65 unidades.
- d) 75 unidades.
- e) 70 unidades.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Fábio Dutra

117. Considere a situação hipotética: A fictícia "Igreja Evangélica Esperança e Vida" é uma entidade religiosa sem fins lucrativos que, além das atividades litúrgicas tradicionais, desenvolve diversos projetos sociais na comunidade local. A igreja mantém um centro de acolhimento para moradores de rua, oferece cursos profissionalizantes gratuitos, distribui cestas básicas para famílias carentes e opera uma creche comunitária. Para ampliar suas atividades assistenciais, a entidade importou equipamentos médicos e materiais didáticos do exterior, sendo autuada pela Receita Federal com cobrança de Imposto de Importação. A igreja alegou ter direito à imunidade tributária, mas o fisco argumentou que a imunidade religiosa não abrangeria as atividades de assistência social nem os impostos sobre importação.

Com base no caso apresentado e na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) a imunidade tributária não se aplica ao caso, pois entidades religiosas e de assistência social possuem regimes jurídicos distintos e incompatíveis entre si.

b) a imunidade aplica-se apenas às atividades estritamente religiosas da igreja, sendo as atividades sociais sujeitas à tributação normal, incluindo os impostos de importação.

c) a igreja pode ser caracterizada como instituição de assistência social, fazendo jus à imunidade tributária que abrange impostos sobre patrimônio, renda, serviços e também sobre importação de bens destinados aos seus objetivos estatutários.

d) a imunidade tributária aplica-se exclusivamente aos impostos sobre patrimônio e renda da entidade, não se estendendo aos impostos sobre importação de equipamentos e materiais.

e) somente as atividades de assistência social da igreja são imunes à tributação, permanecendo as atividades religiosas sujeitas aos impostos federais, estaduais e municipais.

118. Sobre os princípios do Sistema Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O sistema deve observar o princípio da simplicidade e transparência.
- () O princípio da defesa do meio ambiente integra o sistema tributário.
- () As alterações legislativas devem buscar atenuar efeitos regressivos.

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) V, F, V
- d) F, F, F
- e) V, V, F

119. Considerando as competências da lei complementar em matéria tributária, assinale a alternativa correta:

- a) Pode apenas dispor sobre conflitos de competência tributária.
- b) Regula as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- c) Define o conceito de tributos, mas não das suas espécies.
- d) Trata de obrigação e lançamento tributários, mas não necessariamente sobre prescrição.
- e) Estabelece tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, cabendo à lei ordinária de cada ente a definição das regras quanto a seus respectivos tributos.

120. Sobre as exceções ao princípio da anterioridade, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Empréstimos compulsórios para calamidade pública são exceção à anterioridade anual.
- () Imposto de importação não observa a anterioridade anual.
- () Imposto sobre produtos industrializados dispensa a anterioridade nonagesimal.

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) V, F, V
- d) F, F, F
- e) V, V, F

121. Considere a situação hipotética: A empresa fictícia "Digital Books Brasil Ltda." atua no mercado editorial há 15 anos e recentemente expandiu seus negócios para o segmento digital. A empresa comercializa livros eletrônicos através de sua plataforma online e também vende dispositivos de leitura digital (e-readers) especificamente desenvolvidos para a leitura de e-books. Durante

uma fiscalização tributária, o auditor fiscal questionou a aplicação da imunidade tributária sobre os produtos comercializados pela empresa, alegando que a imunidade constitucional se restringiria apenas aos livros físicos tradicionais. A empresa contestou a interpretação do fisco, fundamentando-se na jurisprudência do STF.

Com base no caso apresentado e na jurisprudência do STF, a imunidade tributária cultural:

- a) não se aplica aos produtos da empresa, pois a imunidade constitucional abrange exclusivamente livros, jornais e periódicos em formato físico impresso.
- b) aplica-se tanto aos e-books comercializados quanto aos e-readers vendidos pela empresa, desde que estes dispositivos sejam utilizados exclusivamente para a leitura de livros eletrônicos.
- c) aplica-se apenas aos e-books, mas não aos dispositivos de leitura digital, pois estes são considerados equipamentos eletrônicos sujeitos à tributação normal.
- d) não se aplica ao caso, pois o STF limita a imunidade cultural apenas aos livros didáticos eletrônicos utilizados em instituições de ensino.
- e) aplica-se exclusivamente aos papéis destinados à impressão dos livros digitais, não abrangendo os arquivos eletrônicos ou seus suportes tecnológicos.

122. Sobre o imposto sobre produtos industrializados, assinale a alternativa incorreta:

- a) Será seletivo em função da essencialidade do produto.
- b) Será não-cumulativo com compensação entre operações.
- c) Não terá reduzido seu impacto sobre aquisição de bens de capital.
- d) Não incidirá sobre produtos destinados ao exterior.
- e) É de competência exclusiva da União.

123. Não poderá recolher impostos na forma do Simples Nacional a microempresa:

- a) cujo titular seja domiciliado no Brasil.
- b) que tenha apenas um estabelecimento.
- c) cujo titular seja domiciliado no exterior.
- d) que exerça atividade de comércio.
- e) constituída sob a forma de sociedade simples.

124. Considerando o diferencial de alíquotas do ICMS, assinale a alternativa correta:

- a) O diferencial sempre cabe ao Estado de origem da mercadoria.
- b) Cabe ao Estado destinatário quando o destinatário for consumidor final.
- c) Não existe diferencial de alíquotas no sistema constitucional.
- d) O diferencial é dividido meio a meio entre origem e destino.
- e) Aplica-se apenas nas vendas entre contribuintes do imposto.

125. De acordo com o CTN, o emprego da analogia no direito tributário:

- a) poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, desde que fundamentado.
- b) não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- c) será aplicado preferencialmente à equidade em todos os casos.
- d) pode dispensar o pagamento do tributo devido.
- e) substitui a necessidade de lei específica para instituição de tributos.

126. Nas operações com combustíveis sujeitas à incidência única do ICMS, o imposto caberá ao Estado:

- a) de origem em todas as operações.
- b) de destino em todas as operações.
- c) onde ocorrer o consumo dos lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo.
- d) de refino dos produtos derivados.
- e) onde estiver localizada a distribuidora.

127. Considerando as alíquotas do IPVA, assinale a alternativa correta:

- a) Têm valores mínimos fixados pelo Senado Federal.
- b) São fixadas livremente por cada Estado sem limitação.
- c) São uniformes em todo território nacional obrigatoriamente.
- d) Podem ser diferenciadas apenas por tipo ou utilização do veículo.
- e) São estabelecidas por convênio interestadual.

128. De acordo com o CTN, o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de:

- a) três anos, contados da extinção do crédito tributário.
 - b) cinco anos, contados da extinção do crédito tributário.
 - c) dois anos, contados do pagamento indevido.
 - d) quatro anos, contados da decisão administrativa.
 - e) cinco anos, contados do trânsito em julgado.
-

DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA*Eduardo Da Rocha*

129. A empresa brasileira LogExport Ltda. foi contratada por uma trading company japonesa para realizar serviços de transporte, armazenagem e consolidação documental de cargas destinadas à exportação de máquinas agrícolas para o Japão. Todos os serviços foram executados em território nacional e estavam diretamente vinculados à exportação das mercadorias.

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os serviços prestados fora do território nacional podem ser considerados exportação, sendo todos os serviços da LogExport tributados pelo IBS e pela CBS.
- b) A exportação de serviços depende da transferência de propriedade de bens imateriais, o que não ocorreu na hipótese, tornando todos os serviços tributáveis.
- c) Os serviços prestados pela LogExport não se enquadram como exportação, pois foram realizados no Brasil, ainda que para destinatário estrangeiro.
- d) Os serviços de transporte, armazenagem e consolidação documental são considerados exportações, desde que estejam diretamente vinculados à exportação de bens, como no caso descrito, e não sofrem incidência do IBS e da CBS.
- e) Os serviços prestados a residente no exterior são sempre considerados exportações, independentemente de seu conteúdo ou finalidade.

130. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a caracterização das operações onerosas sujeitas ao IBS e à CBS:

- I. A ausência de lucro em uma operação não afasta, por si só, a incidência do IBS e da CBS, desde que haja contraprestação.

II. A titularidade formal do bem objeto da operação, incluindo eventual ausência de registro ou formalização do negócio, é elemento essencial para que se configure a incidência do IBS e da CBS.

III. O cumprimento de obrigações legais ou regulamentares, como o registro do contrato em órgão competente, é condição necessária para a caracterização do fato gerador do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

131. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre o arbitramento do valor da operação para fins de cálculo do IBS e da CBS:

- I. A ausência de emissão de documento fiscal, por si só, autoriza o arbitramento do valor da operação pela administração tributária, desde que não haja elementos suficientes para comprovar o valor real da operação.
- II. Mesmo quando apresentado documento fiscal com valor declarado, o Fisco pode arbitrar a base de cálculo do tributo se o valor declarado for notoriamente inferior ao de mercado.
- III. Quando não for possível apurar o valor de mercado de uma operação entre partes não relacionadas, a autoridade fiscal poderá utilizar o custo do bem ou serviço acrescido das despesas e do lucro bruto do contribuinte como critério de arbitramento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

132. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre o procedimento padrão de split payment:

- I. O fornecedor deve inserir no documento fiscal eletrônico informações que permitam identificar tanto os tributos incidentes sobre a operação quanto a conexão entre a transação comercial e o respectivo pagamento.
- II. Cabe exclusivamente ao fornecedor transmitir ao prestador de serviço de pagamento as informações necessárias para a realização do split payment.
- III. O prestador de serviço de pagamento, antes de repassar os valores ao fornecedor, deve consultar o sistema do Comitê Gestor do IBS e da RFB para segregar os valores devidos, considerando inclusive créditos eventualmente utilizados para extinção parcial do débito.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

133. A empresa Caldeiras Nacional S.A. forneceu um conjunto de equipamentos industriais à Metalúrgica Oriente Ltda., em operação sujeita ao IBS e à CBS. Contudo, a Metalúrgica Oriente teve sua falência decretada antes de realizar qualquer pagamento. O setor fiscal da Caldeiras Nacional S.A. avalia a possibilidade de se creditar dos tributos pagos na operação inadimplida.

Considerando o disposto na LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) A Caldeiras Nacional poderá se creditar dos valores pagos apenas se a Metalúrgica Oriente tiver se apropriado de créditos sobre a operação.
- b) A empresa fornecedora poderá se creditar, mesmo que a operação não tenha sido registrada na sua contabilidade no período do fato gerador.

c) O crédito somente será possível se a operação não tiver gerado crédito ao adquirente, tiver sido regularmente registrada e o pagamento aos credores tiver sido encerrado de forma definitiva.

d) O encerramento do pagamento aos credores da falida é dispensável para fins de aproveitamento do crédito pela fornecedora.

e) A falência do adquirente impede, em qualquer hipótese, o aproveitamento de crédito fiscal pelo fornecedor.

134. Com base na legislação que trata da harmonização do IBS e da CBS, assinale a alternativa correta:

a) A harmonização das normas e obrigações acessórias do IBS e da CBS será promovida exclusivamente pela Receita Federal do Brasil, sem participação de entes subnacionais.

b) O Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias é presidido de forma permanente por representante da Receita Federal do Brasil.

c) O Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias atua como instância deliberativa para uniformizar litígios administrativos e judiciais envolvendo o IBS e a CBS.

d) O Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias é composto por representantes da RFB e do Comitê Gestor do IBS, sendo este representado por Estados, Distrito Federal e Municípios.

e) Os órgãos envolvidos na harmonização não podem celebrar convênios entre si para compartilhamento de informações, exceto mediante autorização legislativa específica.

135. A Cooperativa Agrotec Ltda., sediada no Estado do Piauí, optou pelo regime específico previsto na Lei Complementar nº 214/2025, que permite a aplicação de alíquota zero do IBS e da CBS em determinadas operações. Durante o mês de maio, a cooperativa:

- Recebeu milho de cooperados sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS;
- Forneceu fertilizantes a esses mesmos cooperados;
- Comercializou sementes com cooperados **não sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS.**

Considerando as disposições legais aplicáveis às sociedades cooperativas, assinale a alternativa correta:

- a) A alíquota zero se aplica apenas às entradas de bens e serviços realizados pelos cooperados, não alcançando as operações de fornecimento efetuadas pela cooperativa.
- b) A aplicação da alíquota zero em operações com cooperados não sujeitos ao regime regular é vedada.
- c) A alíquota zero aplica-se tanto às operações em que os cooperados fornecem bens ou serviços à cooperativa quanto àquelas em que a cooperativa fornece bens ou serviços a cooperados sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS.
- d) A legislação impede a transferência de créditos pelas operações antecedentes realizadas pelo cooperado à cooperativa, mesmo se vinculadas à produção do bem ou serviço fornecido.
- e) O fornecimento de serviços financeiros aos cooperados, quando remunerado por tarifas ou comissões, não está abarcado pelo regime especial de alíquota zero.

136. Com base na LC nº 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a tributação dos serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos:

- I. A base de cálculo do IBS e da CBS nesses serviços corresponde ao valor da operação, com redução de alíquota de 60%.
- II. Os prestadores desses serviços poderão apropriar créditos relativos às aquisições de bens e serviços utilizados em suas atividades.
- III. O consumidor final que contratar serviços de hotelaria ou visitar parques de diversão não poderá se apropriar de créditos de IBS e CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

137. Com base na Lei Complementar nº 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a tributação dos concursos de prognósticos, apostas e fantasy sports:

- I. A base de cálculo do IBS e da CBS é a receita bruta obtida com a arrecadação total das apostas.
- II. As premiações pagas aos apostadores não integram a base de cálculo dos tributos e tampouco são tributadas diretamente pelo IBS e CBS.
- III. Mesmo os apostadores que atuam como pessoas jurídicas não poderão se apropriar de créditos de IBS e CBS relativos às apostas realizadas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

138. Com base na Lei Complementar nº 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre o aproveitamento de créditos do IBS e da CBS nas operações com combustíveis:

- I. Distribuidores e comerciantes que adquirem combustíveis sujeitos à incidência única do IBS e da CBS para revenda não podem se apropriar de créditos relativos a essas aquisições.
- II. O contribuinte no regime regular, que utiliza combustíveis como insumo em sua atividade produtiva, pode se apropriar de créditos, desde que não se enquadre nas hipóteses de revenda.
- III. O exportador de combustíveis tem direito à apropriação de créditos relativos às aquisições de combustíveis, mesmo que estes estejam submetidos à incidência única do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

139. Com base na LC nº 214/2025, analise as afirmativas a seguir sobre a devolução do IBS e da CBS às famílias de baixa renda:

- I. A devolução do IBS e da CBS para famílias de baixa renda será feita automaticamente ao responsável familiar inscrito no CadÚnico, desde que ele possua inscrição regular no CPF e cumpra os requisitos legais.
- II. A devolução do IBS caberá aos Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto a devolução da CBS será de responsabilidade da União.
- III. O critério de elegibilidade para a devolução exige que a renda familiar per capita seja de até meio salário-mínimo nacional, além de residência no Brasil, inscrição ativa no CPF e cadastro no CadÚnico.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

140. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a incidência do IBS e da CBS:

- I. A doação com contraprestação em benefício do doador caracteriza-se como operação onerosa e, portanto, está sujeita ao IBS e à CBS.
- II. O fornecimento de ativo imobilizado por empresa que não explore habitualmente esse tipo de operação não configura fato gerador do IBS e da CBS.
- III. O mútuo oneroso de bens ou serviços, ainda que entre partes relacionadas, caracteriza hipótese de incidência do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL*Eduardo Da Rocha*

141. A empresa AgroNordeste S/A, sediada em Goiânia (GO), remeteu um carregamento de algodão com fim específico de exportação para o Porto de Luís Correia, no litoral do Piauí. A operação foi documentada com Nota Fiscal específica, visando posterior envio ao exterior. Contudo, passados 200 dias da saída da mercadoria do estabelecimento, a exportação não foi efetivada, e parte da carga foi revendida no mercado interno devido à perda de qualidade.

Com base na legislação do ICMS do Estado do Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) Como a mercadoria foi destinada à exportação, não há incidência do ICMS nem obrigação acessória a ser cumprida.
- b) A AgroNordeste S/A deverá recolher o ICMS apenas se reintroduzir a mercadoria no mercado interno.
- c) Decorrido o prazo de 180 dias sem a efetivação da exportação, a empresa deve recolher o ICMS com os acréscimos legais, independentemente de posterior revenda.
- d) A responsabilidade pelo recolhimento do imposto é do terminal portuário, já que a mercadoria foi entregue em local alfandegado.
- e) O ICMS só será devido se houver descaracterização da mercadoria ou industrialização no porto.

142. A empresa ConectaLog Ltda. emitiu uma NF-e com erro no campo de descrição do produto e, posteriormente, percebeu divergência na razão social do destinatário. Considerando a Cláusula décima quarta-A do Ajuste SINIEF 07/2005, assinale a alternativa correta sobre as possibilidades e limitações do uso da Carta de Correção Eletrônica (CC-e):

- a) A empresa poderá emitir uma CC-e para corrigir a descrição do produto e, se desejar, também poderá alterar o destinatário.
- b) É permitida a correção de dados como data de emissão e de saída.

c) A descrição do produto pode ser corrigida por CC-e, salvo se a alteração implicar modificação de variáveis que influenciem a base de cálculo.

d) A correção de campos relacionados à DUE (Declaração Única de Exportação) é permitida por CC-e.

e) A CC-e pode ser utilizada para corrigir informações relativas às parcelas de vendas a prazo, desde que dentro do mesmo mês de emissão da NF-e.

143. A empresa GoiaLuz Distribuidora S.A., autorizada a operar no fornecimento de energia elétrica em diversos municípios do Estado, apurou o ICMS devido nas suas operações com base exclusivamente no valor da energia elétrica consumida pelos clientes, excluindo da base de cálculo os valores relativos ao uso do sistema de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD), ainda que constassem na fatura. Posteriormente, foi fiscalizada e autuada por supressão de receita tributável.

Considerando o disposto no Anexo VIII do RCTE-GO, assinale a alternativa correta:

- a) A exclusão da TUST e da TUSD da base de cálculo é legítima, pois tais encargos são cobrados por empresas distintas da distribuidora e não caracterizam valor da operação mercantil.
- b) A base de cálculo do ICMS deve considerar exclusivamente o valor da energia elétrica efetivamente consumida, desde que esteja destacado na fatura.
- c) A empresa agiu em desconformidade com a norma, pois a base de cálculo do ICMS inclui não só o valor da energia como também os encargos relacionados à infraestrutura de entrega, mesmo que sejam devidos a terceiros.
- d) A substituição tributária no fornecimento de energia elétrica dispensa a consideração de valores cobrados por operadores de rede, pois a responsabilidade do ICMS é limitada à energia faturada.
- e) O ICMS só incidirá sobre os valores de TUST e TUSD se forem cobrados diretamente pela concessionária de energia, sendo irrelevante quando cobrados por terceiros.

144. A empresa Reforça Ltda., contribuinte do ICMS no regime normal, percebeu erro em informações prestadas na Escrituração Fiscal Digital (EFD) referente ao mês de janeiro de 2024, após ter apurado e recolhido o imposto. Solicitou autorização para retificar a EFD com a justificativa de que havia declarado valores de compras em duplicidade, resultando em crédito indevido. Contudo, a empresa estava sob procedimento fiscal desde abril do mesmo ano, abrangendo, entre outros, o período a ser retificado.

Com base no RCTE-GO e no Ajuste SINIEF 02/09, assinale a alternativa correta:

- a) A retificação pode ser feita por meio de um arquivo digital complementar, com as informações adicionais necessárias, desde que mantida a estrutura do layout da EFD.
- b) A retificação poderá ser feita, mas dependerá de autorização expressa da autoridade fiscal, mesmo durante ação fiscal, desde que os dados a serem corrigidos não impliquem redução de débitos.
- c) A autorização para a retificação da EFD não implica o reconhecimento da legitimidade das informações prestadas, nem homologação da apuração, sendo possível mesmo sob ação fiscal.
- d) A retificação está vedada, pois o período de apuração está sob ação fiscal, o que impede qualquer alteração nos dados da EFD, nos termos da legislação vigente.
- e) A retificação é automaticamente autorizada e terá efeito pleno, desde que justificada a origem do erro, mesmo que o débito tenha sido encaminhado para inscrição em dívida ativa.

145. A empresa Graneleiros Goiás Ltda. recebeu, por meio de seu Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), um Comunicado para Autorregularização informando divergência entre as notas fiscais de entrada registradas em sua EFD e os registros de fornecedores. No entanto, o contribuinte desconsiderou o comunicado, alegando não ter recebido autuação formal ou início de fiscalização. Após 45 dias, foi surpreendido com a lavratura de auto de infração pelo não recolhimento do imposto devido.

Com base na legislação tributária goiana e nos dispositivos sobre a autorregularização, assinale a alternativa correta:

- a) O não recebimento formal do comunicado impede a lavratura de auto de infração, sendo necessário instaurar procedimento fiscal prévio.
- b) O envio do comunicado via DTE não tem efeito jurídico vinculante, pois apenas obrigações acessórias podem ser exigidas nessa modalidade.
- c) A comunicação via DTE é válida, e o contribuinte perdeu o prazo legal de 30 dias para adotar medidas saneadoras, podendo ser autuado normalmente.
- d) Enquanto não for lavrado termo de início de fiscalização, o contribuinte não está sujeito a sanção, ainda que não regularize a pendência.
- e) A ciência do comunicado para autorregularização só é válida se for feita pessoalmente ao responsável legal da empresa.

146. A empresa *Confecções Sirius Ltda.*, indústria de roupas femininas localizada em Goiânia (GO), adquiriu em **01 de abril de 2025**, por meio de **operação interestadual**, uma máquina de corte automatizada destinada ao seu ativo imobilizado, no valor de **R\$ 720.000,00**. A nota fiscal da aquisição destacou **ICMS de 12% (R\$ 86.400,00)** e **DIFAL de 8% (R\$ 57.600,00)**, totalizando **R\$ 144.000,00** em ICMS incidente sobre a operação. A máquina foi entregue e registrada no ativo da empresa em **10 de abril de 2025**.

Durante o mês de abril de 2025, a empresa apurou os seguintes valores de receita:

- Vendas **tributadas**: R\$ 1.500.000,00
- Vendas **isentas**: R\$ 400.000,00
- **Exportações**: R\$ 600.000,00
- **Total de saídas**: R\$ 2.500.000,00

Assinale o valor do crédito de ICMS que a empresa poderá se apropriar no mês de abril de 2025:

- a) R\$ 2.460,00
- b) R\$ 2.520,00
- c) R\$ 2.592,00
- d) R\$ 2.880,00
- e) R\$ 3.000,00

147. Sobre o momento da ocorrência do fato gerador do IPVA, conforme a legislação goiana, analise as afirmativas a seguir:

- I. Um veículo novo adquirido em uma concessionária por pessoa física será tributado a partir da data da sua primeira aquisição.
- II. Um veículo importado por meio de empresa “trading”, em nome de consumidor final, terá o fato gerador na data do seu licenciamento no Brasil.
- III. O IPVA incidirá em 1º de janeiro de cada exercício para veículos já registrados em anos anteriores.
- IV. Caso uma entidade anteriormente isenta perca tal condição, o fato gerador ocorrerá na data da perda da isenção.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está incorreta.

148. Com base na legislação do Estado do Goiás sobre as isenções do IPVA, analise as afirmativas abaixo:

- I. Estão isentos do IPVA os veículos utilizados exclusivamente no socorro e transporte de feridos ou doentes.
- II. A isenção para mototáxis está limitada a um veículo por proprietário, com um teto máximo de 6.500 veículos em todo o Estado, obedecida a proporcionalidade entre os municípios.
- III. As locomotivas e os vagões de uso ferroviário gozam de isenção, desde que pertencentes a pessoa jurídica que opere transporte ferroviário interestadual.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

149. Com base na legislação tributária do Estado do Goiás, assinale a alternativa correta sobre isenções das taxas estaduais:

- a) Estão isentos da Taxa Judiciária os atos ou documentos que se praticarem ou expedirem em cartórios e tabelionatos.
- b) Não há isenção de taxas na legislação goiana, mas apenas casos de não incidência.
- c) A expedição de alvará para porte de arma por servidor estadual em razão de suas funções está isenta da Taxa de Serviços Estaduais.
- d) As certidões relativas à vida funcional dos servidores estaduais são isentas apenas se requeridas por ordem judicial.
- e) Os processos relativos a cobrança de alimentos estão isentos apenas se instaurados de ofício pelo Ministério Público.

150. A empresa goiana TecBor Ltda., fabricante de materiais plásticos, remeteu mercadorias para um depósito fechado de sua propriedade, localizado no município de Rio Verde (GO), para fins de armazenagem temporária. Após 45 dias, promoveu o retorno integral das mercadorias ao seu estabelecimento em Goiânia (GO), sem que tenham ocorrido quaisquer outras operações nesse intervalo.

Paralelamente, a empresa também remeteu outro lote de mercadorias para um armazém geral situado em Uberaba (MG), com retorno parcial das mercadorias ao estabelecimento goiano após 30 dias.

Considerando exclusivamente a legislação do RICMS-GO, assinale a alternativa correta:

- a) Ambas as remessas estão acobertadas pela não incidência do ICMS, por se tratarem de simples armazenagem sem transferência de titularidade.
- b) Apenas a operação com destino a Uberaba está sujeita ao ICMS, pois o retorno ocorreu de forma parcial.

- c) A remessa para Rio Verde e o respectivo retorno estão abrangidos pela não incidência do ICMS, inclusive quanto ao serviço de transporte vinculado à primeira remessa.
- d) A operação com destino a Uberaba não configura fato gerador do ICMS, desde que o retorno seja comprovado por nota fiscal referenciada.
- e) A remessa para Rio Verde será tributada pelo ICMS se as mercadorias forem armazenadas por mais de 30 dias.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Rafael Rocha

151. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCD, acerca da incidência do imposto, assinale a opção incorreta:

- a) Nas transmissões sujeitas à incidência do imposto, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários, donatários ou usufrutuários, ainda que o bem ou direito seja indivisível.
- b) A antecipação da legítima, a herança, o legado, ainda que gravados, e a doação com encargo sujeitam-se ao imposto normalmente.
- c) Considera-se meação, o valor atribuído ao meeiro, cônjuge ou companheiro, superior à fração ideal a qual fazem jus.
- d) É considerada doação a integralização ou aumento de capital social por pessoa que não comprove que o fez por meio de recursos próprios.
- e) Sujeita-se à incidência do imposto a transmissão do montante acumulado na provisão constituída com os aportes financeiros realizados em planos de previdência privada e seguro de pessoas nas modalidades de PGBL ou VGBL, decorrente de resgate promovido pelos beneficiários em razão do falecimento do participante ou segurado na fase de diferimento do plano.

152. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCD, assinale a situação em que o imposto será devido a GO.

- a) João, residente em GO, doa a nua-propriedade de um imóvel localizado em SE a seu irmão, residente no ES.
- b) João, residente em SC, doa o usufruto de cotas de capital social de uma empresa que é sócio, com sede no ES, a seu irmão, residente em GO.
- c) João, residente em GO, doa um veículo, licenciado no ES, a seu irmão, residente em PE.
- d) João, residente em PE, doa R\$ 100.000,00 de uma conta bancária sua a seu irmão, residente em GO.
- e) João, residente em GO, doa o usufruto relativo a um apartamento, localizado no MT, a seu irmão, residente em PE

153. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCD, o pagamento do crédito tributário relativo ao imposto pode ser dividido em até:

- a) 48 parcelas mensais e sucessivas, ou em até 6 parcelas semestrais e sucessivas.
- b) 36 parcelas mensais e sucessivas, ou em até 6 parcelas semestrais e sucessivas.
- c) 24 parcelas mensais e sucessivas, ou em até 4 parcelas semestrais e sucessivas.
- d) 48 parcelas mensais e sucessivas, ou em até 8 parcelas semestrais e sucessivas.
- e) 24 parcelas mensais e sucessivas, ou em até 8 parcelas semestrais e sucessivas.

154. A abertura da sucessão, momento que marca a ocorrência de um dos fatos geradores do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ocorre na data:

- a) da distribuição da petição inicial do inventário.
- b) da nomeação do inventariante.
- c) em que morreu o autor da herança.
- d) da lavratura do testamento.
- e) em que há a aceitação da herança.

155. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCD, julgue os itens a seguir, acerca da base de cálculo do imposto.

- I. Na transmissão de títulos da dívida pública, títulos de crédito negociáveis em bolsa, ouro ou moeda estrangeira, o valor de mercado deve corresponder ao da cotação oficial da data da declaração.
- II. na transmissão de ações de sociedades de capital fechado ou de quotas de sociedade empresária, o valor da ação ou da quota obtido por meio do patrimônio líquido ajustado a valor de mercado verificado em balanço especialmente levantado na data da declaração acrescido de aviamento.
- III. na transmissão causa mortis o valor do saldo devedor da promessa de compra e venda de imóvel, no momento da abertura da sucessão do promitente vendedor

É (são) incorreto(s), apenas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

156. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCD, não se inclui na base de cálculo do imposto o valor da construção executada no imóvel por herdeiro, legatário, cessionário ou donatário, posteriormente à transmissão, que seja comprovada mediante a apresentação de determinados documentos, dentre os quais não se inclui:

- a) alvará de licença para construção.
- b) nota fiscal do material adquirido para a construção.
- c) certidão de regularidade de situação da obra, fornecida pela Previdência Social da União.
- d) termo de HABITE-SE, fornecido pela Prefeitura do Município onde se situar o imóvel.
- e) extrato bancário ou comprovante de pagamento efetuado pelo herdeiro, legatário, cessionário ou donatário .

157. Com base na lei complementar estadual 104/13, pode-se afirmar que não constitui objetivo do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás:

- a) promover o bom relacionamento entre fisco e contribuinte, baseado na cooperação, no respeito mútuo e na parceria, visando fornecer ao Estado os recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições.
- b) proteger o contribuinte contra o exercício do poder de fiscalizar, de lançar e de cobrar tributo e/ou multa, que deverão ser prévia e integralmente instituídos por lei.
- c) prevenir e reparar os danos decorrentes do abuso de poder por parte do Estado na fiscalização, no lançamento e na cobrança de tributos e/ou multas.
- d) assegurar a adequada, eficaz e gratuita prestação de serviços de orientação aos contribuintes.
- e) assegurar uma forma lícita de apuração, declaração e recolhimento de tributos, bem como a manutenção e apresentação de bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos a eles relativos.

158. Com base na lei 16.469/09, acerca do processo contencioso fiscal, julgue os itens a seguir.

- I. A fase contenciosa do Processo Contencioso Fiscal inicia-se com a apresentação de impugnação ou com a admissão do pedido de descaracterização da não contenciosidade ao lançamento.
- II. Nas hipóteses em que houver pluralidade de sujeitos passivos, o parcelamento total do crédito tributário deferido a um dos autuados suspende a apreciação de impugnações ou recursos apresentados pelos demais.
- III. Considera-se perempto o sujeito passivo que não apresentar, apresentar fora do prazo legal, ou, ainda que no prazo, em órgão diverso do legalmente indicado, impugnação em primeira instância.

São corretos, apenas:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

159. Com base na lei 16.469/09, não havendo prazo expressamente previsto, o ato do sujeito passivo deve ser praticado no prazo:

- a) de 5 dias.
- b) de 10 dias.
- c) de 15 dias.
- d) de 30 dias.
- e) fixado pelo órgão julgador.

160. Com base na lei 16.469/09, não é cabível o pedido de descaracterização da não contenciosidade na seguinte hipótese:

- a) simples erro de cálculo.
- b) duplicidade de lançamento.
- c) pagamento do crédito tributário reclamado ou cumprimento da obrigação acessória, antes do início do procedimento fiscal.
- d) erro de identificação da penalidade.
- e) erro de identificação de sujeito passivo.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
